

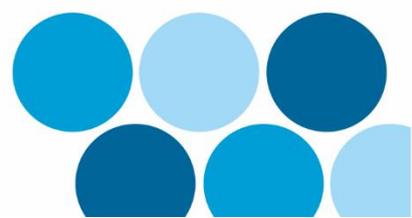


 MISERICÓRDIA
DA GOLEGÃ

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO **2025**

PE DE **SOAS**
PE PARA **SUAS**

Aprovado na Assembleia Geral ordinária de 29/11/2025
Versão web - está conforme o original



*O planejamento estratégico é
feito por poucos.*

*Mas a sua execução é feita por
muitos.*



Índice

I. PROPOSTA	5
II. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO	7
2. MISSÃO, VISÃO E VALORES	7
3. ORGANIZAÇÃO	7
3.1. Organograma	7
3.2. Modelo de <i>Governance</i>	9
3.3. Órgãos Sociais	9
4. RESPOSTAS SOCIAIS	10
4.1. Lar Rodrigo da Cunha Franco (ERPI)	10
4.2. Centro de Férias para Seniores, Comendador António José Martins Lopes	10
4.3. Lar Dr. Francisco Mendes de Brito / CATEI (ERPI)	10
4.4. Aldeamento N ^a Senhora das Misericórdias, Sénior Residence	11
4.5. Centro de Dia	11
4.6. SAD – Serviço De Apoio Domiciliário	11
4.7. Centro de Convívio	12
4.8. Academia Sénior (ASEG)	12
4.9. Cantina Social	12
4.10. Alojamento para pessoas carenciadas	13
5. SERVIÇOS COMPLEMENTARES	13
5.1. Saúde	13
5.1.1. Medicina e Enfermagem	13
5.1.2. Fisioterapia e Reabilitação	13
5.1.3. Nutrição	13
5.2. Animação Sociocultural	14
5.3. Cozinha	14
5.4. Lavandaria	14
5.5. Aprovisionamento e Logística	14
5.5.1. Aprovisionamento	14
5.5.2. Logística	14
5.6. Serviço Administrativo e Financeiro	15
5.7. Serviço Social	15
5.7.1. Direção do Serviço	15
5.7.2. Direção Técnica das Respostas Sociais	15
5.8. Cabeleireiro e Estética	15
6. COMUNIDADE	15

6.1. Banco de Ajudas Técnicas.....	16
7. RECURSOS HUMANOS	16
8. PATRIMÓNIO E CULTO RELIGIOSO	16
9. IRMANDADE.....	17
10. VOLUNTARIADO	17
III. PLANO DE ATIVIDADES	19
1. ANÁLISE SWOT.....	19
2. ORGANIZAÇÃO EM GERAL – Ações planeadas.....	20
3.1. Licenciamento de infraestruturas.....	20
3.2. Melhoria Contínua.....	20
3.3. Avaliação de Fornecedores.....	21
3.4. Recursos Humanos	21
3.4.1. Sistema de Avaliação de Desempenho.....	21
3.4.3. Formação Profissional	22
3.5. Sustentabilidade ambiental.....	23
3.5.1. Aquisição de viatura elétrica (Candidatura Mobilidade Verde).....	23
4. SERVIÇO SOCIAL – Ações planeadas.....	23
4.1. Atividades Socioculturais e Terapêuticas.....	23
4.2. Programas e Projetos Sociais.....	24
6. COMUNIDADE E FAMÍLIAS – Ações Planeadas.....	25
7. RECURSOS HUMANOS – Ações Planeadas	25
8. CULTO RELIGIOSO – Ações Planeadas.....	26
9. CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO – Ações Planeadas.....	26
III ORÇAMENTO.....	29
1. INTRODUÇÃO.....	29
2. RESUMO DO ORÇAMENTO	29
2.1. Gastos	29
2.1.1. Resumo do orçamento dos gastos.....	29
2.1.2. Critérios de orçamentação dos gastos.....	36
2.2. Rendimentos.....	38
2.2.1. Resumo do orçamento dos Rendimentos.....	38
2.2.2. Critério de orçamentação dos rendimentos	42
4. ORÇAMENTO DOS GASTOS	45
5. ORÇAMENTO DOS RENDIMENTOS	49
6. EXPLORAÇÃO PREVISIONAL	53
7. PLANO DE INVESTIMENTOS.....	55
8. PARECER DO CONSELHO FISCAL	57

I. PROPOSTA



José Godinho Lopes
Provedor

A proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2025, que a Mesa Administrativa submete à apreciação, discussão e deliberação da Assembleia Geral, vem na sequência de anteriores, no reforço de uma gestão equilibrada e realista, na reafirmação do compromisso de rigor e de responsabilidade e no acompanhamento e resposta às dificuldades emergentes, de contexto, que afetam de forma transversal as organizações do setor social e solidário.

A exploração previsional assenta numa projeção realista dos gastos e dos rendimentos, estando previsto um superavit orçamental, conseguido através da consideração da alienação de ativos não financeiros, devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

O Plano de Investimentos previsto para o exercício de 2025 apresenta um valor bastante modesto, no valor de 34.000,00 euros, devido à situação da liquidez geral. Assim, ainda que modesto, em observância do resultado operacional estimado da exploração previsional, necessitará de financiamento ao investimento, facto que tem também relação com a necessidade de alocar 81.500,00 euros para amortização de capital do passivo financeiro.

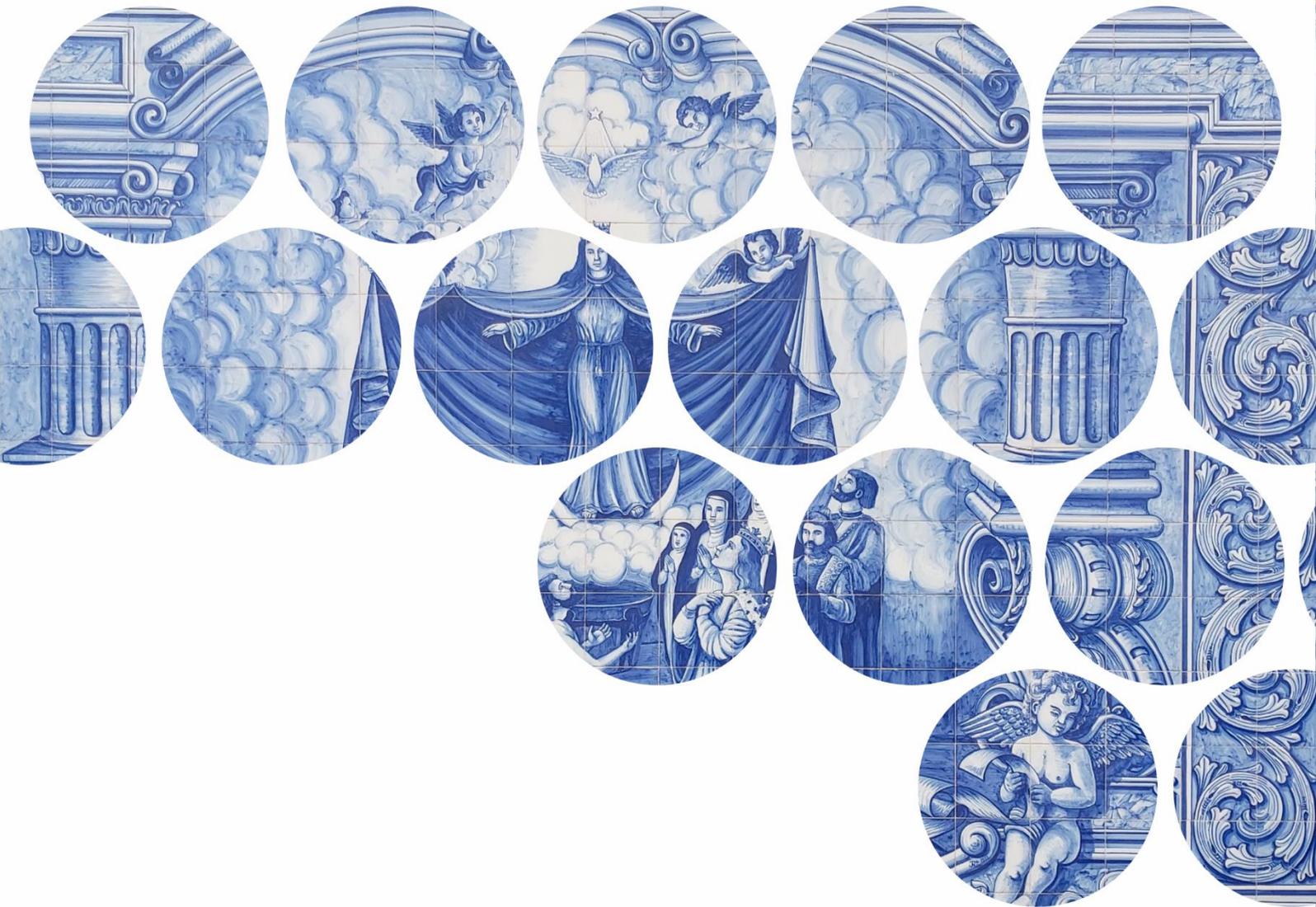
O orçamento apresenta um total de gastos de 2.550.394,93 euros, e um total de rendimentos de 2.583.957,04 euros.

Prevê-se uma exploração previsional (antes de amortizações e ganhos nas vendas de bens do ativo fixo tangível), no final do exercício, de 52.961,11 euros e um resultado líquido negativo de (80.437,89) euros.

Refere-se que a rubrica ‘Alienação de ativos não financeiros’ representa 200.000,00 euros no orçamento dos rendimentos, influenciando decisivamente na demonstração de resultados previsional.

Face ao exposto e no cumprimento do disposto na alínea c) do N.º 2 do Artigo 22º do Compromisso da Irmandade, a Mesa Administrativa submete à Assembleia Geral a presente proposta do Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o exercício de 2025, na expectativa de deliberação favorável.

À consideração da Assembleia Geral.



CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

II. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

Ereta em 1553, como consta do seu primeiro Compromisso, aprovado por alvará a 11 de dezembro de 1873 e confirmado pelo rei D. Manuel I, a Santa Casa da Misericórdia da Golegã é uma organização não-governamental (ONG), cuja ação é direcionada ao apoio social, registada como Instituição Particular de Segurança Social, em 07/10/1982, com base na portaria N.º 119/1983 com o registo N.º 45/82.

A instituição dedica-se exclusivamente à prestação de cuidados sociais direcionados à anciania.

2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A nossa **MISSÃO** é atuar de forma concertada e integrada na comunidade local, contribuindo ativamente para a melhoria das condições de vida da população idosa, prestando, criando e desenvolvendo serviços na área social adequados às suas necessidades, valorizando a individualidade, promovendo a solidariedade e privilegiando a dignidade humana.

A **VISÃO** da Santa Casa da Misericórdia da Golegã é constituir-se como uma instituição de referência, reconhecida pelos serviços e cuidados que presta, pela diferenciação, proximidade e inovação. Esses serviços e cuidados são dirigidos a qualquer etapa do envelhecimento, tendo como meta orientadora a prestação de serviços centrados na satisfação da pessoa, no respeito pela sua individualidade, num ambiente personalizado e humanizado.

Os **VALORES** institucionais que regem a atividade desenvolvida pela Misericórdia da Golegã são:

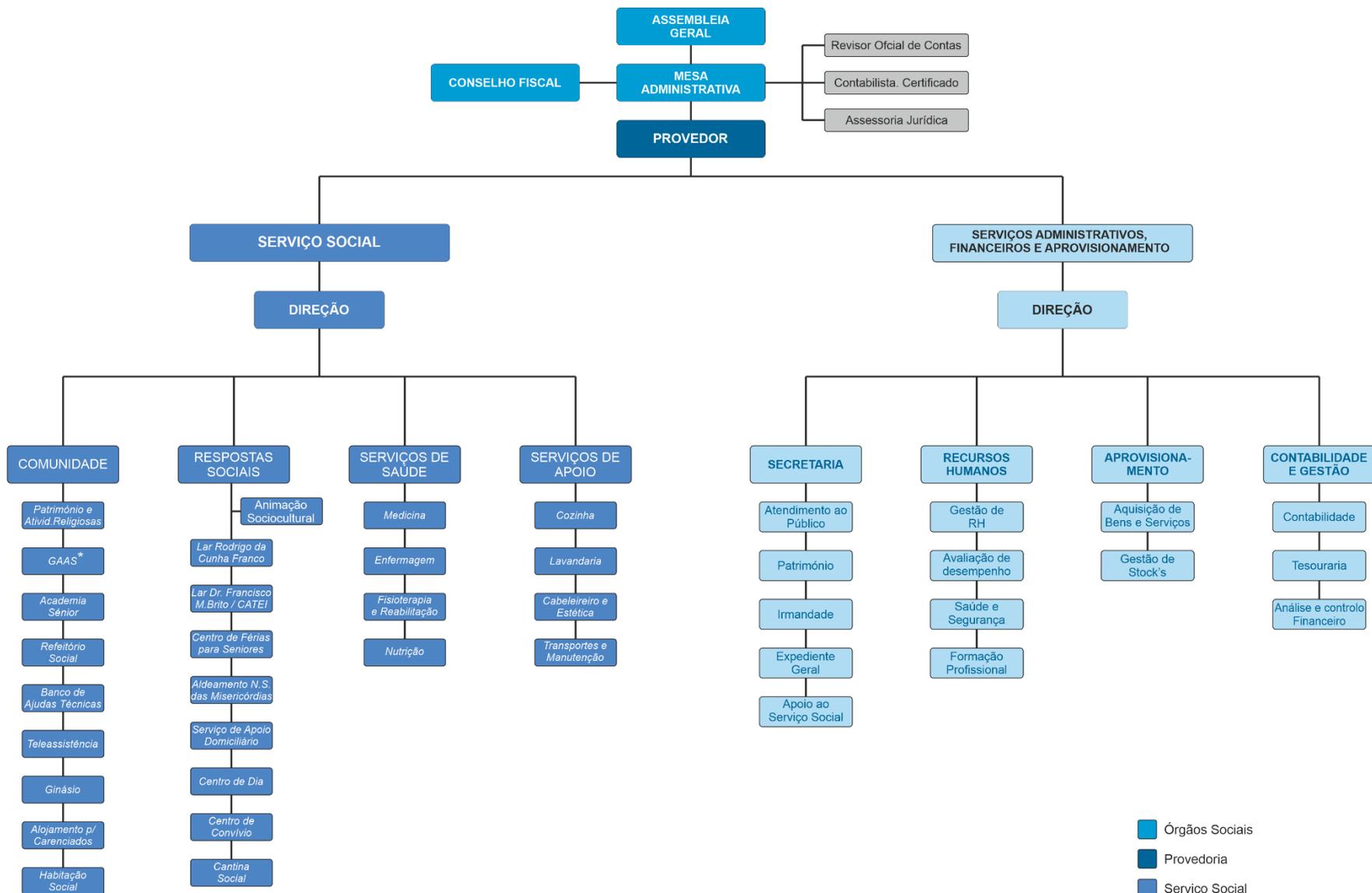
- ❖ Justiça
- ❖ Equidade
- ❖ Solidariedade
- ❖ Ética
- ❖ Qualidade

3. ORGANIZAÇÃO

3.1. Organograma

O organograma geral da organização apresenta alterações ao que até agora vigora, com o objetivo de reorganizar o Serviço Administrativo, Financeiro e Aprovisionamento.

Apresenta-se o organograma geral na página seguinte.



- Órgãos Sociais
- Provedoria
- Serviço Social
- Serviço Administrativo e Financeiro
- Assessoria - Outsourcing

* Gabinete de Aconselhamento e Acompanhamento Social

3.2. Modelo de Governance

Os *checks and balances* da organização estão assegurados pela sua organização interna, decorrente do Compromisso da Irmandade e da legislação vigente, com a constituição de três órgãos sociais, perfeitamente definidos e autónomos, com as suas competências claramente identificadas:

- Assembleia Geral, como órgão deliberativo;
- Conselho Fiscal, como órgão fiscalizador;
- Mesa Administrativa, como órgão executivo;

Além disso, em *outsourcing*, os órgãos sociais são assessorados por Revisor Oficial de Contas (que audita), Contabilista Certificado e Assessor Jurídico.

3.3. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia da Golegã – Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Mesa Administrativa - para o exercício de 2025, são os que resultaram do ato eleitoral de janeiro de 2024 e são constituídos pelos membros seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Membros efetivos

- Jaime Manuel Gonçalves Rosa, Presidente
- José António Lopes Tó, Vice-Presidente
- Cláudio Bento Silva, Secretário

Conselho Fiscal

Membros efetivos:

- José Frederico da Silva Iria, Presidente
- Maria de Fátima A. Garcia Contente, Vice-Presidente
- Bruno Manuel Pereira Antunes, Secretário

Membros suplentes:

- *António Carlos Costa Camilo*
- *João António Galinha de Sousa Serra*
- *Adolfo Carlos Teixeira Saldanha Mendes*

Mesa Administrativa

Membros efetivos:

- José António Godinho Lopes, Provedor
- António Manuel A. Sousa Riachos, Vice-Provedor
- Ana Cristina B. Alcaçarenho Rosa, Secretária
- Henrique Manuel António Cardoso, Tesoureiro
- Joaquim Grácio Morgado, Vogal

Membros suplentes:

- *António Manuel Rosa Rodrigues*
- *Acácio Galrinho Nunes*
- *António Manuel Batista Amendoeira Silvério*

4. RESPOSTAS SOCIAIS

4.1. Lar Rodrigo da Cunha Franco (ERPI)



Tipo de resposta social: ERPI, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas



Capacidade instalada: 52 pessoas, todas abrangidas por Acordo de Cooperação



Taxa média de ocupação prevista para o período do orçamento: 100%



Serviços e cuidados prestados: Alojamento, higiene e conforto pessoal, tratamento de roupas, animação e lazer, fisioterapia e reabilitação física, nutrição, cuidados de saúde – medicina geral e enfermagem, apoio religioso e psicossocial, cabeleireiro e estética e acompanhamento ao exterior.

4.2. Centro de Férias para Seniores, Comendador António José Martins Lopes



Tipo de resposta social: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, como resposta à necessidade alojamento de curta duração com estadias para descanso de cuidadores



Capacidade instalada: 20 pessoas, não abrangidas por Acordo de Cooperação



Taxa média de ocupação prevista para o período do orçamento: 100%



Serviços e cuidados prestados: Alojamento, higiene e conforto pessoal, tratamento de roupas, animação e lazer, fisioterapia e reabilitação física, nutrição, cuidados de saúde – medicina geral e enfermagem, apoio religioso e psicossocial, cabeleireiro e estética e acompanhamento ao exterior.

4.3. Lar Dr. Francisco Mendes de Brito / CATEI (ERPI)



Tipo de resposta social: ERPI, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas



Capacidade instalada: 28 pessoas – 17 abrangidas por Acordo de Cooperação Atípico CATEI), 7 abrangidas por Acordo de Cooperação Típico e 4 não abrangidas por Acordo de Cooperação



Taxa média de ocupação prevista para o período do orçamento: 100%, para Acordos de Cooperação e 75% para vagas sem Acordo de Cooperação (3 utentes)



Serviços e cuidados prestados: Alojamento, higiene e conforto pessoal, tratamento de roupas, animação e lazer, fisioterapia e reabilitação física, nutrição, cuidados de saúde – medicina geral e enfermagem, apoio religioso e psicossocial, cabeleireiro e estética e acompanhamento ao exterior

4.4. Aldeamento N^a Senhora das Misericórdias, Sénior Residence



Tipo de resposta social: Residências Assistidas (integradas no complexo social Campus Misericórdia XXI)



Quantidade de residências: 24

Tipologia das residências: T1, com capacidade de alojamento para 2 pessoas
Capacidade instalada: 48 pessoas, não abrangidas por Acordo de Cooperação



Taxa de ocupação prevista para o período do orçamento: 100%, em relação à quantidade de residências ocupadas



Serviços e cuidados prestados: Alojamento, higiene e conforto pessoal, higiene habitacional, tratamento de roupas, animação e lazer, serviços de saúde - fisioterapia e reabilitação, nutrição, medicina e enfermagem, apoio psicossocial, apoio administrativo, compras no comércio local, cabeleireiro e estética, teleassistência, serviço de transportes e manutenção no domicílio. Com exceção dos serviços isentos de pagamento, nos termos do Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas e Outras Receitas da SCMG, todos estes serviços são cobrados em função do consumo.

4.5. Centro de Dia



Tipo de resposta social: Não residencial (Dias úteis). Fins de semana e feriados – serviços assegurados pela equipa do SAD, consoante o tipo de contrato.



Capacidade instalada: 30 pessoas, 29 abrangidas por Acordo de Cooperação e 1 não abrangida.



Taxa média de ocupação prevista para o período do orçamento: 100% em relação às pessoas abrangidas por Acordo de Cooperação; 0% em relação aos não abrangidos, resultando numa taxa de ocupação prevista de 97%



Serviços e cuidados prestados: Cuidados de higiene e conforto pessoal, estética, tratamento de roupas, animação sociocultural e lazer, reabilitação, acompanhamento alimentar, cuidados de saúde, apoio religioso e psicossocial.

4.6. SAD – Serviço De Apoio Domiciliário



Tipo de resposta social: Não residencial – Serviços prestados do domicílio (Dias úteis, fins-de-semana e/ou feriados, consoante a tipologia contratada por cada utente)



Capacidade instalada: 50 pessoas, 37 abrangidas por Acordo de Cooperação e 13 não abrangidas



Taxa média de ocupação prevista para o período do orçamento: 94% em relação às pessoas abrangidas por Acordo de Cooperação (35 utentes); 0% em relação às pessoas não abrangidas



Serviços e cuidados prestados: Cuidados de higiene e conforto pessoal, estética, tratamento de roupas, higiene habitacional, animação sociocultural e lazer, reabilitação física, alimentação, apoio religioso e psicossocial.

4.7. Centro de Convívio



Tipo de resposta social: Não residencial (Dias úteis)



Capacidade instalada: 75 pessoas, abrangidas por Acordo de Cooperação



Taxa média de ocupação prevista para o período do orçamento: 100% (75 utentes)



Serviços e cuidados prestados: Tendo como objetivos centrais, entre outros, a diminuição do isolamento social, a promoção da socialização, a promoção de um estilo de vida saudável e dinâmico, são proporcionadas atividades diversificadas, com o objetivo de responder às expectativas dos utentes.

4.8. Academia Sénior (ASEG)



Tipo de resposta social: Não residencial



Capacidade instalada: 100 alunos



Taxa média de ocupação prevista para o período do orçamento: 75% (75 alunos)



Serviços prestados: Formação, conhecimento, atividade física, socialização, artesanato, entre outros. Nos meses de julho, agosto e setembro serão promovidos “Minicursos de Verão”, mantendo assim uma atividade plena, ao longo de todo o ano e não apenas no período letivo.

4.9. Cantina Social



Tipo de resposta social: Não residencial – apoio alimentar



Capacidade instalada: 5 pessoas, abrangidas por Protocolo de Colaboração com o CDSSS



Taxa média de ocupação prevista para o período do orçamento: 100% (5 beneficiários)



Serviços prestados: Cedência de refeições à população em emergência social, sinalizada pelas entidades tutelares. São fornecidas alimentações em regime de *take away*

4.10. Alojamento para pessoas carenciadas

Não sendo exatamente uma resposta social, a SCMG tem alojamento para acolher pessoas carenciadas, como resposta de emergência para aqueles que vivam em condições inadequadas à sua condição humana. Esta estrutura tem capacidade para acolher 5 pessoas – 2 quartos duplos e 1 simples, todos com instalações sanitárias.

As pessoas acolhidas podem, eventualmente, frequentar uma das nossas respostas não residenciais, se enquadráveis.



Tipo de resposta social: Alojamento informal de emergência. Estrutura com 2 quartos duplos e 1 single, todos com instalações sanitárias.



Capacidade instalada: 5 pessoas

Taxa de ocupação prevista para o período do orçamento: N/A



Serviços prestados: Procura responder a situações de emergência social, sobretudo para pessoas que vivam em condições inadequadas à sua condição humana, sempre que não existir disponibilidade em ERPIS para admissão imediata. Normalmente, as pessoas que acolhemos acabam por integrar uma das nossas respostas sociais. Durante o alojamento temporário de emergência, são prestados todos os serviços necessários, muito semelhantes aos das ERPIS.

5. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

5.1. Saúde

5.1.1. Medicina e Enfermagem

A instituição tem apoio de um médico (medicina geral) em regime de avença, contando ainda a colaboração de um especialista em psiquiatria, em regime de voluntariado.

Os serviços de enfermagem são assegurados por quatro enfermeiros(as), dois integrados no quadro de pessoal da SCMG e outros tantos em regime de avença. A equipa de enfermagem apoia, especialmente, os utentes das ERPIS.

5.1.2. Fisioterapia e Reabilitação

Serviço de capital importância para estimular e preservar a autonomia dos utentes, mantendo-lhes a mobilidade ou retardando a sua perda, logo procurando melhorar a sua qualidade de vida.

A equipa é constituída por três profissionais: uma Fisioterapeuta, que lidera a equipa e duas Técnicas de Fisioterapia.

5.1.3. Nutrição

O serviço de Nutrição tem como principais objetivos a planificação e acompanhamento das ementas, adequando-as sob o ponto de vista nutricional, atendendo às necessidades individuais de utentes e colaboradores.

É por este serviço que passa a garantia da higiene e segurança alimentar das refeições, nos termos das normas da HACCP, plano que temos implementado nas várias cozinhas, das várias respostas sociais. Este serviço tem ainda como preocupação a diminuição do desperdício alimentar.

A equipa é constituída por duas pessoas: uma Nutricionista e uma Encarregada, que asseguram as atividades relacionadas com a alimentação, integrando os aspetos mais técnicos com os operacionais.

5.2. Animação Sociocultural

A animação sociocultural tem uma tradição muito enraizada na nossa instituição, pois sempre entendemos que era importante implementar dinâmicas que estimulem os utentes a nível das suas capacidades cognitivas, físicas, sociais e ainda espirituais.

Assim, diariamente sensibilizamos para o treino individual, nomeadamente da motricidade fina, mas também da atenção, da orientação, da linguagem, do cálculo, no lazer e especialmente em algumas atividades domésticas, por exemplo na preparação da fruta, no arranjo do quarto, no cuidar das plantas, entre outras.

Integram o quadro de pessoal duas animadoras, sendo que nas respostas sociais de SAD, Centro de Dia, Residências e Centro de Férias, esta atividade é assegurada pelas Técnicas Superiores de Serviço Social que acumulam estas funções com as de Direção Técnica.

5.3. Cozinha

É um dos serviços mais relevantes na nossa atividade e funciona na cozinha do Lar Rodrigo da Cunha Franco, no complexo social Campus Misericórdia, de onde as refeições são transportadas para as restantes respostas sociais.

Este serviço é coordenado pela Encarregada Geral responsável, pela Despenseira e pela Nutricionista, integrando ainda mais dez profissionais, designadamente quatro cozinheiras, três ajudantes de cozinha e três trabalhadores(as) de serviço geral.

5.4. Lavandaria

Este é também um serviço de apoio determinante. Funciona no complexo social Campus Misericórdia, na periferia do Lar Rodrigo da Cunha Franco, em instalações autónomas.

Neste momento, laboram neste serviço quatro profissionais: 1 Encarregada de Setor, duas Operadoras de Lavandaria e um(a) trabalhador(a) dos serviços gerais.

5.5. Aprovisionamento e Logística

5.5.1. Aprovisionamento

Os serviços de aprovisionamento serão assegurados por duas pessoas, a quem compete a aquisição de bens e serviços para as diversas áreas de atividade. A equipa será constituída por um Técnico Administrativo e ainda pela Encarregada de Setor da cozinha, a quem compete o aprovisionamento dos bens alimentares.

5.5.2. Logística

O Serviço de Manutenção e Transportes visa assegurar o apoio à distribuição e recolha de alimentação e roupas, entre outros, assim como a manutenção às diversas estruturas e áreas exteriores, nomeadamente no complexo social Campus Misericórdia.

A equipa é constituída por três pessoas: um Chefe de Secção e dois Trabalhadores dos Serviços Gerais.

5.6. Serviço Administrativo e Financeiro

O Serviço Administrativo e Financeiro será constituído por 3 profissionais – um Técnico Superior Administrativo, um Técnico Administrativo e um Técnico de Contabilidade.

Prevê-se, para o exercício em causa, uma reestruturação deste serviço, com o Técnico Administrativo a ser alocado estritamente aos Recursos Humanos, assim como se prevê a promoção do Técnico Superior Administrativo a Diretor de Serviços, ficando alocado também à gestão financeira, introduzindo-se um novo elemento, em princípio, um Técnico de Contabilidade.

5.7. Serviço Social

5.7.1. Direção do Serviço

A Direção do Serviço Social será assegurada pela Dra. Vera Núncio, como interina (em substituição da Dra. Carla Santos, por razões de saúde), com funções de coordenação de todo o serviço, incluindo a gestão operacional do pessoal desse serviço.

5.7.2. Direção Técnica das Respostas Sociais

A Direção Técnica das Respostas Sociais será assegurada por uma equipa de cinco pessoas, a quem compete dirigir cada uma das respostas sociais, sob a supervisão da Diretora do Serviço, nos termos do quadro seguinte, sem prejuízos de alterações durante o exercício, por conveniência dos serviços.

Resposta Social	Direção Técnica
ERPI Rodrigo da Cunha Franco	Vera Núncio
ERPI Dr. Francisco Mendes de Brito / CATEI	Sílvia Félix
Centro de Férias para Seniores	Sílvia Félix
Residências Assistidas	<i>(Estagiário)</i>
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	Raquel Garcia
Centro de Dia	Alda Barradas
Centro de Convívio	<i>(Estagiário)</i>
Academia Sénior	<i>(Estagiário)</i>
Cantina Social	Raquel Garcia

No momento da elaboração deste Plano de Atividades, existem já diligências para promover um estágio profissional para Técnica Superior de Serviço Social, com a expectativa de a integrar na equipa, em contexto de trabalho, assegurando as respostas sociais acima indicadas, sob a supervisão da Diretora do Serviço Social.

5.8. Cabeleireiro e Estética

No Lar Rodrigo da Cunha Franco está instalado o salão de cabeleireiro e estética, serviço assegurado pela Cabeleireira que pertence aos quadros da instituição.

Esta é uma resposta com tradição na Misericórdia da Golega, direcionada para o bem-estar e autoestima dos utentes residentes.

6. COMUNIDADE

Além das respostas sociais e serviços complementares, antes mencionados, a Misericórdia tem ao serviço da comunidade local outras ofertas, nomeadamente:

6.1. Banco de Ajudas Técnicas

A SCMG tem uma oferta de ajudas técnicas, como resposta a circunstâncias em que as pessoas, em especial as com maiores dificuldades socioeconómicas, tenham necessidade desse tipo de auxílio. Este é um serviço totalmente gratuito, ao dispor da comunidade.

7. RECURSOS HUMANOS

O quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia da Golegã para o ano de 2025 prevê-se constituído por 106 profissionais, distribuído pelas 23 categorias profissionais seguintes:

Categorias Profissionais	Quant.
Ajudante de cozinheiro	4
Ajudante de lar e centro de dia	40
Ajudante familiar domiciliário	6
Animador sociocultural	3
Assistente administrativo	1
Cabeleireiro (unisexo)	1
Chefe de secção	1
Cozinheiro	4
Despenseiro	1
Diretor de serviços	1
Encarregado de sector (serviços gerais)	3
Encarregado geral	1
Enfermeiro	2
Fisioterapeuta	1
Nutricionista	1
Operador de lavandaria	2
Técnico administrativo	1
Técnico auxiliar de serviço social	1
Técnico de contabilidade	1
Técnico de fisioterapia	3
Técnico superior administrativo	1
Técnico superior de serviço social	4
Trabalhador de serviços gerais	23

8. PATRIMÓNIO E CULTO RELIGIOSO

Como entidade com personalidade jurídica canónica, a Misericórdia da Golegã promove a prática do culto religioso e espiritualidade, designadamente nas suas estruturas, em especial nos locais de culto que possui:

- Capela de Nossa Senhora dos Anjos;
- Capela de São Caetano;
- Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco;

- Capela Mortuária;

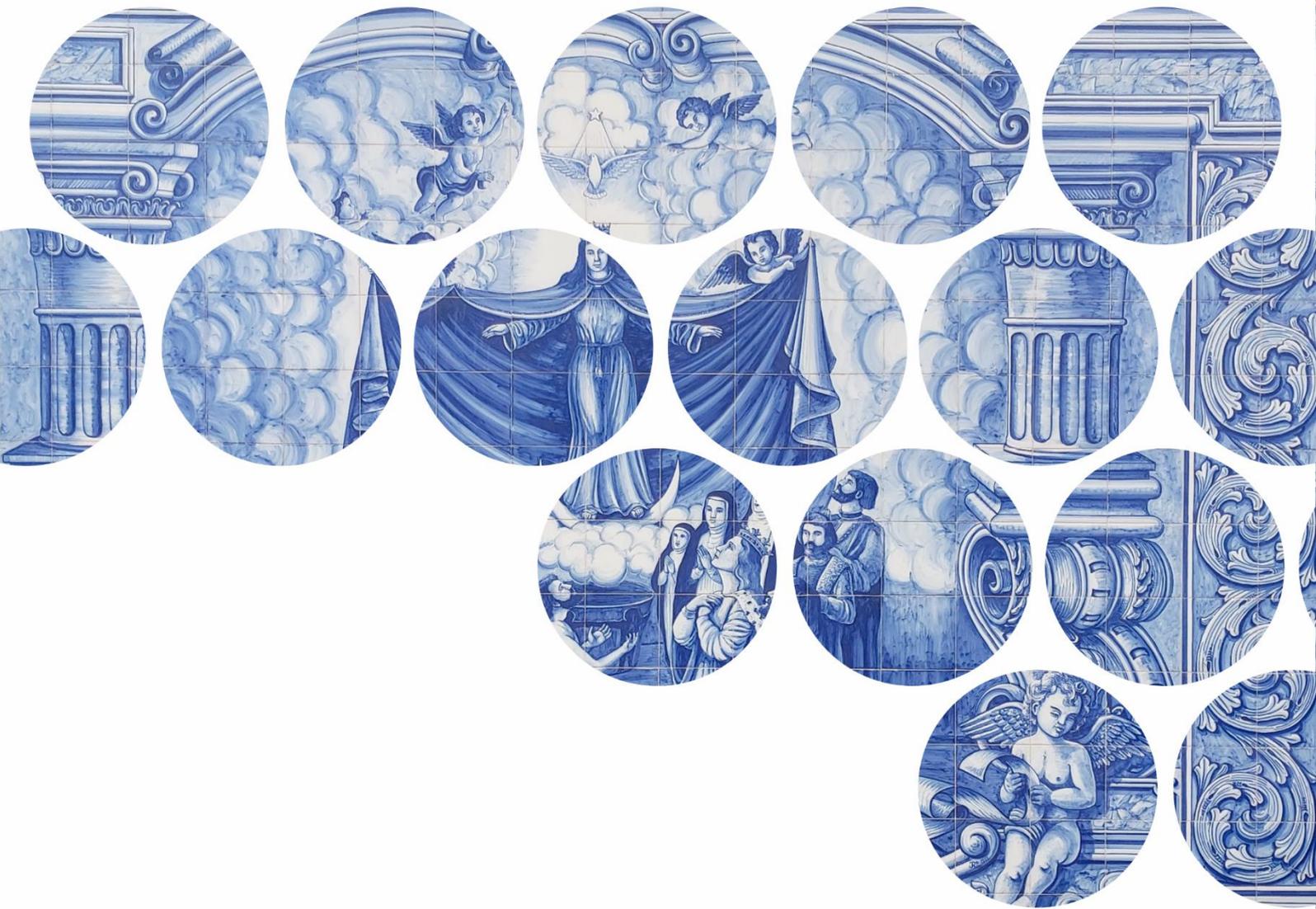
9. IRMANDADE

A Santa Casa é uma associação de fiéis, cuja irmandade é composta por cerca 120 irmãos, que constituem a Assembleia Geral da instituição, o órgão deliberativo por excelência e do qual dependem as grandes decisões, nos termos do Compromisso da Irmandade, que regula o funcionamento da organização, e bem assim de acordo com a legislação aplicável.

10. VOLUNTARIADO

Dada a natureza da organização, a Misericórdia da Golegã conta com o envolvimento de mais de vinte voluntários que contribuem de forma determinante na vida da instituição, entre eles, os membros dos órgãos sociais.

Destacam-se igualmente aqueles que colaboram connosco no Clube Vida, nomeadamente os formadores das múltiplas ofertas que aquela resposta proporciona. Sem esse contributo, não seria possível uma tão vasta oferta formativa.



PLANO DE ATIVIDADES

III. PLANO DE ATIVIDADES

1. ANÁLISE SWOT

Na análise SWOT procuramos identificar os tópicos-chave no que diz respeito ao planeamento estratégico para o exercício em apreço.

Na matriz SWOT, abaixo, identificam-se as Forças e Fraquezas da nossa organização, logo de natureza interna, assim como as Oportunidades e Ameaças, de origem externa. Todos estes aspetos devem ser considerados para um objetivo global de melhoria e adequação da estrutura interna, mas atendendo também aos fatores externos, ora de contexto ora estruturais e tendenciais, onde naturalmente se incluem as necessidades e dinâmicas da comunidade onde nos inserimos, com orgulho, tanto pela sua história e cultura diferenciadora, como especialmente pelas suas gentes.

	FORÇAS	FRAQUEZAS
Ambiente Interno	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade e autonomia de respostas sociais • Localização e acessibilidades das diversas estruturas sociais • Flexibilidade e agilidade na resposta aos diferentes públicos-alvo • Experiência e inovação na prestação de cuidados • Quadro técnico social qualificado • Pessoal operacional com experiência e competências no saber-fazer • Acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, IP 	<ul style="list-style-type: none"> • Absentismo RH • Inexistência de Serviços certificados • Ineficácia na comunicação externa • Sem investimento na fidelização e envolvimento dos <i>stakeholders</i> • Formação profissional deficitária • Exploração corrente tendencialmente deficitária • Ausência de processos de avaliação de satisfação de clientes • Ausência de avaliação de desempenho
Ambiente Externo	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> • Demografia local (e regional) – taxa de envelhecimento e aumento esperança média de vida • Localização geográfica e qualidade de vida local • Certificação de qualidade de Serviços • Valorização da inovação e apoios ao desenvolvimento de negócios sociais • Valorização da marca “Misericórdia da Golegã” – reconhecimento e notoriedade • Potencial de comunicação – meios digitais 	<ul style="list-style-type: none"> • Pensões baixas (área geográfica) • Consequências do envelhecimento – aumento da esperança média de vida (+ demências e + cuidados de saúde) • Concorrência (privados e organizações congéneres em processo de crescimento/desenvolvimento) • Dificuldade da diversificação de fontes de rendimentos (sustentabilidade) • Acesso reduzido a programas de investimento participado • Capacidade reduzida para investimento com capital próprio • Imprevisibilidade do financiamento do setor social e solidário • Ausência de apoio financeiro relevante e estrutural das autarquias locais

2. ORGANIZAÇÃO EM GERAL – Ações planeadas

3.1. Licenciamento de infraestruturas

A implementação de Medidas de Autoproteção contra incêndios, é um dos requisitos fundamentais para obtenção de licenças de utilização de edificados. Existem algumas lacunas nesta matéria, que representam gastos avultados, nomeadamente no Lar Rodrigo da Cunha Franco.



Objetivos

- Garantir a manutenção das condições de segurança;
- Garantir uma estrutura mínima de resposta a emergências.
- Obter licença de utilização;



Ações Planeadas

Implementação de Medidas de Autoproteção na ERPI Lar Rodrigo da Cunha Franco, nos termos do Plano de Investimentos, parte integrante deste documento.

3.2. Melhoria Contínua

Melhoria contínua é uma prática cada vez mais adotada em empresas e organizações visando melhorar o seu desempenho, quantitativo e qualitativo, tornando a organização mais eficiente e eficaz, sejam eles em produtos, processos ou serviços. É um processo cíclico sem fim, que procura novas oportunidades de melhoria para serem identificadas e colocadas em prática.



Objetivos

- Reforçar a cultura organizacional;
- Reforçar a identidade e alinhamento com as estratégias definidas;
- Identificar lacunas em processos internos e a sua correção;
- Antecipação de ocorrências, especialmente os decorrentes de relações interpessoais e laborais;
- Obter mais eficácia e eficiência nos procedimentos e tarefas regulares;
- Melhorar qualidade na prestação de serviços e cuidados;



Ações Planeadas

- Ações internas para reforço de cultura organizacional – reuniões, comunicação interna, etc.;
- Programa interno para alinhamento da estrutura do pessoal com as estratégias definidas;

- Auditorias internas – verificação de conformidade da aplicação dos Regulamentos Internos das Respostas Sociais e verificação das recomendações emanadas do Centro Distrital da Segurança Social de Santarém;

3.3. Avaliação de Fornecedores

Com o aumento das opções de produtos e serviços disponíveis no mercado, considerando também a crescente por parte dos nossos clientes, A SCMG precisa de ser cada vez mais criteriosa na avaliação dos seus fornecedores. Além disso, a terceirização de serviços tem se popularizado, principalmente nas empresas de maior dimensão, tem um potencial de risco associado, considerando que passam por muitos processos.

Nessa medida, propomo-nos a desenvolver um sistema de avaliação de fornecedores, ao mesmo tempo que pretendemos aderir a uma plataforma digital que nos permita acesso a informação empresarial, nomeadamente financeira, de fornecedores, atuais e potenciais.

Quanto ao método de avaliação, irá ser escolhido em função da adaptabilidade à nossa organização, considerando os seus recursos humanos.



Objetivos

- Selecionar fornecedores credíveis para a organização;
- Antecipar e mitigar riscos de problemas nos fornecimentos, atendendo também às circunstâncias financeiras das empresas fornecedoras;
- Responder a três questões essenciais em relação aos fornecedores e seus produtos e/ou serviços:
 - Qualificação do fornecedor
 - Avaliação do fornecedor
 - Avaliação do produto e/ou serviço



Ações Planeadas

3.4. Recursos Humanos

3.4.1. Sistema de Avaliação de Desempenho

O sistema de avaliação de desempenho é atualmente feito através de formulário standardizado, não respondendo à diversidade de funções na organização.

Tem vindo ser realizado apenas nos momentos de renovação de contratos, não tendo por isso uma aplicabilidade sistémica que permita monitorizar o desempenho dos trabalhadores, dificultando ou impossibilitando as ações corretivas necessárias.

Nesse sentido, propomo-nos a implementar em 2025 um sistema de avaliação.



Objetivos

- Identificar os pontos de melhoria do colaborador e desenvolvê-los;
- Melhorar as relações interpessoais dentro de cada uma das respostas sociais e serviços complementares;
- Melhorar os comportamentos profissionais e relações com clientes;

- Criação de um departamento estritamente alocado aos Recursos Humanos;
- Melhorar e diversificar a comunicação interna;
- Capacitação de profissionais para o uso de recursos tecnológicos;

Para o efeito, considera-se a possibilidade de contratação de plataforma digital, que permita simplificar os processos de *onboarding* de colaboradores.

Esta solução permitirá que os colaboradores da SCMG registem autonomamente a documentação necessária e preencham os formulários com os seus dados pessoais. Um software de RH que centralize toda a informação necessária para o processo de *onboarding* de novos colaboradores e fazer uma gestão otimizada dos Recursos Humanos.



Ações Planeadas

- Implementação de Sistema de Avaliação de Desempenho;
- Programa interno orientado para a correção de comportamentos interpessoais e relacionais;
- Programa interno orientado para boas práticas no exercício de funções relacionadas com o apoio direto;
- Alocar um profissional estritamente à gestão de RH;
- Diversificar a comunicação interna em ambiente digital, com o propósito de melhorar comportamentos profissionais e interpessoais;

3.4.3. Formação Profissional

A formação é o principal meio de capacitar os RH, para aumentar competências que permita maior qualidade nos serviços que prestamos aos nossos clientes e famílias.

A formação é fundamental ainda para uma maior motivação, para estimular um bom relacionamento interpessoal e a coesão das equipas, de contribuir para um clima institucional saudável, diminuir níveis de stress, justificados pelo desgaste emocional e físico dos colaboradores.



Objetivos

- Melhorar a motivação;
- Estimular relacionamento institucional saudável;
- Capacitação individual = Melhor preparação = Mais qualidade dos serviços;



Ações Planeadas

- Elaborar e executar Plano de Formação Profissional;

3.5. Sustentabilidade ambiental

3.5.1. Aquisição de viatura elétrica (Candidatura Mobilidade Verde)

Nos termos da candidatura apresentada à Mobilidade Verde Social, no âmbito do PRR, propomo-nos a adquirir viatura transformada, para transporte de refeições, para uso no Serviço de Apoio Domiciliário, SAD.

As candidaturas admitem financiamento para uma viatura da tipologia 1 ou 2 (veículo ligeiro de mercadorias ou de passageiros, com transformação), no apoio máximo elegível de 25.000 euros por veículo.



Objetivos

- Redução de emissões gasosas;
- Redução de gastos – viatura 100% elétrica vs. viatura a combustível fóssil;
- Substituição de uma viatura para transporte de refeições para o SAD, obsoleta para os fins previstos;



Ações Planeadas

- Aquisição de viatura elétrica transformada

4. SERVIÇO SOCIAL – Ações planeadas

4.1. Atividades Socioculturais e Terapêuticas

As atividades socioculturais são um estímulo permanente na vida das pessoas idosas, que influem no seu bem-estar mental, físico e afetivo, valorizando as competências, saberes e culturas.

No entanto, é importante ter um conhecimento do público-alvo e as suas idiossincrasias, como as suas características pessoais, as suas capacidades e limitações, preferências individuais e expectativas.

O plano de atividades socioculturais apresentado responde a essa diversidade.

As atividades planeadas poderão ser influenciadas por fatores externos e/ou internos, sendo por isso suscetíveis de condicionar a sua execução, pelo que, ao longo do ano, poderão ser adotadas algumas alterações que venham a revelar-se necessárias, de acordo com os acontecimentos não programados e com novas atividades, provenientes das parcerias estabelecidas na comunidade, quer formais quer informais.

As ações serão planeadas através da Agenda Sociocultural trimestral, assim como os respetivos planos de atividades de cada resposta social, como resposta à especificidade de cada uma delas e dos seus utentes.

4.2. Programas e Projetos Sociais

No quadro seguinte estão sintetizados os programas e projetos sociais para o ano em apreço, e procuram promover atividades direcionadas para as pessoas idosas em dimensões diferenciadas, como atividades de animação social, lúdicas e recreativas, com o objetivo da valorização do desenvolvimento pessoal.

Ao mesmo tempo, pretende-se reforçar a coesão de grupo, de forma a minimizar conflitos internos e ainda mitigar as perdas que os utentes vão manifestando ao longo das suas vidas.



Objetivos

- Sensibilização para os cuidados por parte dos profissionais;
- Valorizar o desenvolvimento pessoal;
- Reforçar a coesão de grupo;
- Promover a socialização;
- Mitigar as perdas naturais decorrentes do envelhecimento;



Ações Planeadas

A010-23: Programas e Projetos Sociais

Projeto	Público-alvo	Objetivo	Data
Cuidar com o Coração	Profissionais SCMG	Projeto orientado para prestação de cuidados ainda mais humanizados e tecnicamente mais bem suportados.	T.A.
Hortas Biológicas	Aldeamento sénior	Incentivar o cultivo como forma terapêutica e envelhecimento saudável, promovendo ainda o autoconsumo	T.A.
Antes e Depois	Cabeleireiro	Melhorar a autoestima dos utentes através dos cuidados da sua imagem	T.A.
Conversas no Pátio	Utentes de ERPI	Socialização entre pares	T.A.
Lugares com Memória	Utentes de ERPI	Revisitar lugares com memória para os utentes	T.A.
Artesanato Maria Avó	Academia sénior e outras RS	Estimular as habilidades manuais e dar maior relevo às tradições do concelho	T.A.
À Soleira da Porta	SAD	Proporcionar momentos de estimulação cognitiva através da arte e atividades terapêuticas	T.A.
Tertúlias de Poesia	Centro de Dia e Residências Assistidas	Promover através da leitura, aprendizagens e estimulação cognitiva	1 x Mês
Roda Cadeira Roda	Utentes de ERPI e Voluntários	Promover passeios com as pessoas mais dependentes a locais da comunidade	Jun, Jul e Ago

Dos projetos sociais elencados no quadro acima, praticamente todos têm vindo a ser desenvolvidos ao longo dos últimos anos, com as seguintes exceções:

Cuidar com o Coração:

Projeto orientado para a humanização dos serviços sociais, para o respeito pela pessoa idosa e pela sua individualidade, que passa, necessariamente, por ações de sensibilização e formação do pessoal.

A melhoria contínua da qualidade dos nossos serviços e dos cuidados prestados está e continuará no centro das nossas preocupações.

6. COMUNIDADE E FAMÍLIAS – Ações Planeadas

As atividades planeadas, neste âmbito, são as sintetizadas no quadro infra, tendo também como objetivo a interação do público-alvo com a nossa instituição.



Objetivos

- Divulgar trabalhos e habilidade de utentes;
- Promover a alimentação da SCMG;
- Abertura da SCMG à comunidade;
- Promover atividade intra e inter instituições;
- Sensibilizar as famílias, como viver as emoções;



Ações Planeadas

- Realização de Exposições de Artesanato
- Realização do Festival de Sopas e Petiscos
- Comemoração da Semana da Misericórdia
- Realização de Mostra de Doces
- Realização da exposição “Os Cavalos da Nossa Coudelaria”

7. RECURSOS HUMANOS – Ações Planeadas

Pese embora a dificuldade de reunir a totalidade dos recursos humanos em atividades, considerando que a SCMG funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano, estão previstas as ações sintetizadas abaixo.



Objetivos

- Reforçar o espírito de grupo;
- Reforçar laços identitários com a organização;



Ações Planeadas

- Realização da Caminhada Solidária dos Recursos Humanos
- Realização da Gala dos Recursos Humanos

8. CULTO RELIGIOSO – Ações Planeadas

A Misericórdia como entidade com personalidade jurídica canónica, preocupa-se diariamente com a espiritualidade dos seus utentes, tendo para efeitos de culto, o apoio do Pe. Pedro Marques.

Após anos consecutivos com constrangimentos à realização de eventos de natureza coletiva, temos a expectativa que o próximo ano nos permita regressar à normalidade plena.

Propomo-nos continuar a celebrar as Eucaristias, a Via Sacra, o Terço diário no Mês de Maria, entre outras iniciativas de interesse religioso.



Objetivos

- Promover e reforçar a fé cristã;
- Divulgar o património religioso;



Ações Planeadas

- Celebração da Santa Missa (Capela N.ª Senhora dos Anjos e Capela do Lar Rodrigo da Cunha Franco (mensal)
- Via Sacra, no Campus Misericórdia XXI (março)
- Procissão em honra de Nossa Senhora dos Anjos, Padroeira da Misericórdias (maio)
- Celebração da Santa Missa campal, no Campus Misericórdia XXI (junho)
- Terço na Capela de São Caetano (dezembro)

9. CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO – Ações Planeadas

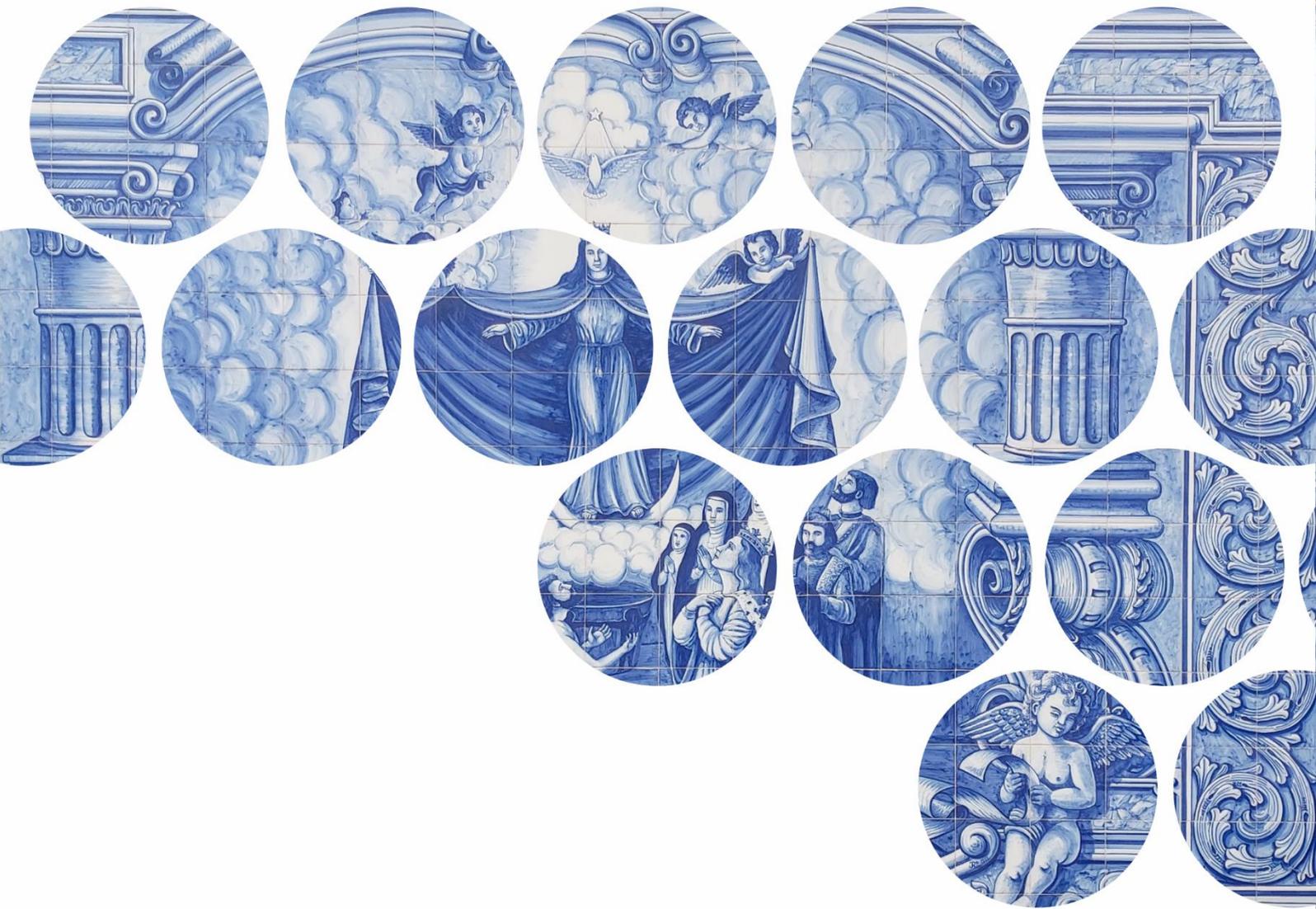
Na linha dos orçamentos anteriores, um dos fatores de equilíbrio orçamental passa também pela contenção com a ‘Conservação de reparação’ nas estruturas físicas da instituição, sejam respostas sociais ou outras.

Temos a consciência de que esta contenção produz efeitos nefastos nessas estruturas, o que afeta, em alguns aspetos, a qualidade dos serviços sociais prestados.

Deve ainda considerar-se, no âmbito dessa contenção, que os gastos que têm sido executados nos últimos exercícios resultam, maioritariamente, de resposta reativa às situações emergentes do quotidiano, tendo sido raras as concretizações planeadas.

O mapa de ‘Conservação e reparação’ que se apresenta, antevê a possibilidade de uma execução orçamental diversa da indicada, procurando durante o exercício de 2025 não ultrapassar a dotação orçamental prevista.

6226	I	Conservação e reparação	35 985,34
622601	L	Clube Vida	70,29
622603	L	CATEI/Lar Dr. Francisco Mendes Brito	2 792,71
622605	L	Lar Rodrigo Cunha Franco	23 581,77
622606	L	Centro de Dia	1 498,30
622607	L	Centro de Fisioterapia e Reabilitação Física	100,00
622609	L	Cozinha	1 468,25
622610	L	Lavandaria	2 828,42
622611	L	Património Imobiliário Habitacional	100,00
622612	L	Capela de São Caetano	100,00
622613	L	Capela N ^a Senhora dos Anjos	100,00
622614	L	Capela Mortuária	100,00
622616	L	Campus Misericórdia XXI	1 073,83
622617	L	Centro de Férias para Seniores	1 682,37
622618	L	Aldeamento N.S. das Misericórdias	489,41



ORÇAMENTO

III ORÇAMENTO

1. INTRODUÇÃO

No seguimento dos anos anteriores, tivemos a preocupação de apresentar uma proposta de orçamento para o exercício económico de 2025 cujo cálculo assente em previsões consentâneas com a realidade e com o contexto previsível para o ano seguinte, no momento da sua elaboração, com o objetivo de aproximar as previsões à respetiva execução, como instrumento fundamental de gestão para garantir a estabilidade financeira da instituição.

Da observação do orçamento, quer dos gastos quer dos rendimentos, quando refletidos na Exploração Previsional (Demonstração de Resultados previsional), percebe-se que o EBITDA (*Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos*) apresenta um valor positivo, mas à custa da consideração de “Outros rendimentos e ganhos”, com uma dotação orçamental de 300.942,43 euros, dos quais 240.000,00 relativos a “Alienação de Ativos não Financeiros” e “Alienação do Direito de Habitação - Resid. Assistidas”.

Isto significa que a execução do orçamento dos gastos, considerando que os últimos dois exercícios económicos registaram taxas de execução de 97% e 100%, necessitará de uma execução dos rendimentos muito próxima da agora orçamentada, sob pena de comprometer o equilíbrio orçamental e, conseqüentemente, a liquidez geral.

Considerando os resultados financeiros nos exercícios marcados pela Covid-19, com um impacto negativo na ordem dos 300.000,00 euros, antevê-se uma recuperação muito lenta, se considerarmos os resultados operacionais recentemente obtidos, demasiado marginais para esperarmos uma aceleração sensível na recuperação da liquidez geral (*vide p.f. Relatórios de Atividades e Contas dos exercícios dos anos de 2022 e 2023*).

Como é óbvio, a Mesa Administrativa continua atenta e, sobretudo, empenhada em implementar estratégias que permitam a aceleração do crescimento dos resultados operacionais, o que de resto tem conseguido (especialmente através da alteração do modelo de gestão das residências assistidas, entre outras). Ainda assim, o crescimento das remunerações ao pessoal, tem vindo a anular significativamente os efeitos positivos do crescimento dos rendimentos. Isto é, os recorrentes aumentos dos rendimentos, em especial nos três últimos exercícios, têm sido alocados à cobertura do aumento dos gastos com o pessoal.

2. RESUMO DO ORÇAMENTO

2.1. Gastos

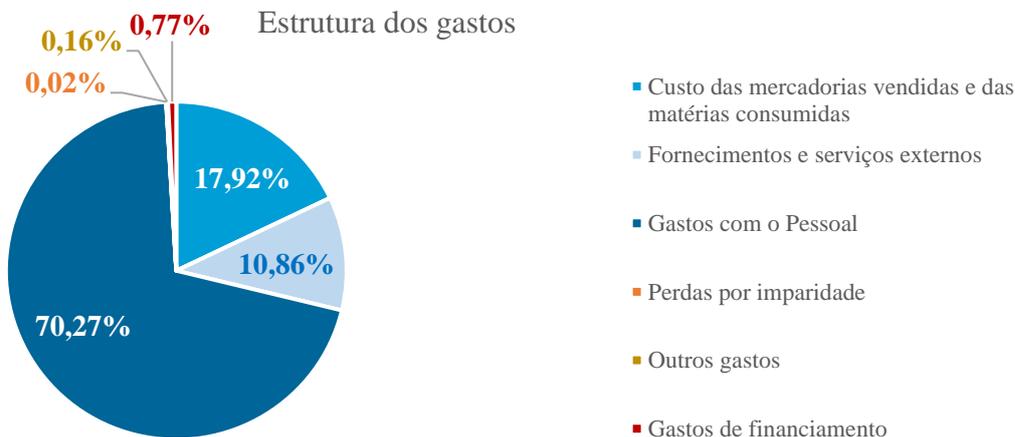
2.1.1. Resumo do orçamento dos gastos

Conta	Descrição	Orçam.2025	Proj.Exec.2024	Varição
6	GASTOS	2 550 394,93	2 231 968,42	318 426,51
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	456 974,26	445 828,54	11 145,72
62	Fornecimentos e serviços externos	276 969,86	274 706,21	2 263,65
63	Gastos com o Pessoal	1 792 073,35	1 492 279,06	299 794,29
65	Perdas por imparidade	600,00	0,00	600,00
68	Outros gastos	4 078,46	1 121,90	2 956,56
69	Gastos de financiamento	19 699,00	18 032,71	1 666,29

O mapa acima resume as contas do orçamento dos gastos, comparando-as com as projeções da execução orçamental de 31/07/2024 e evidencia um aumento previsional em 14,3% face a essa execução.

Verifica-se que **a maior parte dos gastos (70,3%) decorrem da conta 63, Gastos com o Pessoal.**

O gráfico seguinte sintetiza a expressão de cada uma das contas do total do orçamento dos gastos:



As três principais contas do orçamento dos gastos são, por ordem decrescente, as seguintes:

- a) 63 - Gastos com o Pessoal;
- b) 61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas;
- c) 62 - Fornecimentos e serviços externos;

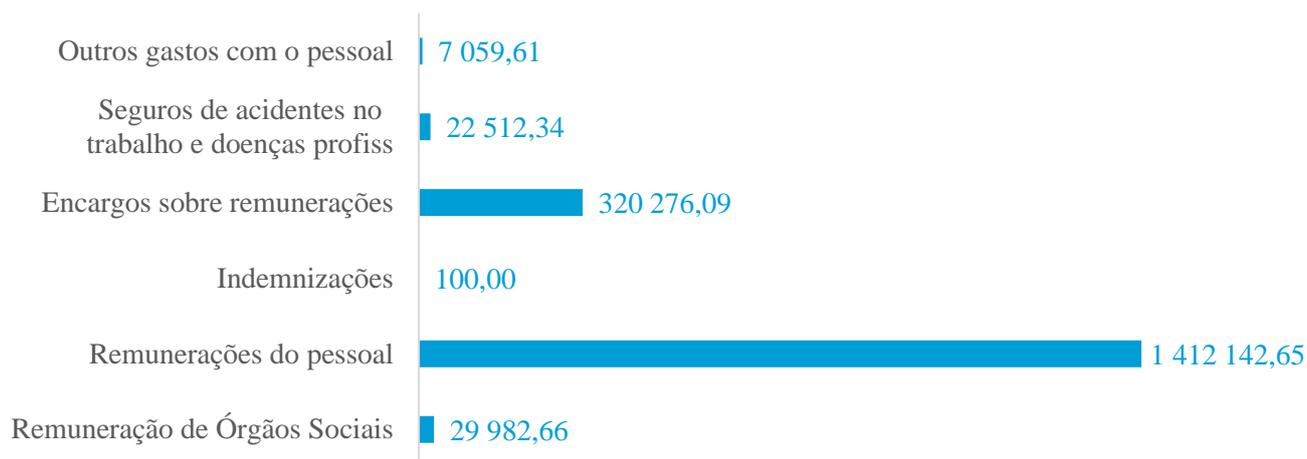
a) 63 - Gastos com o Pessoal:

A **conta 63 - 'Gastos com o Pessoal'**, é a maior do orçamento dos gastos, representando **70,3% do total do orçamento**. Isso significa que de um total de orçamento 2.550.394,93 euros, esta conta representa 1.792.073,35. **Representa, ao mesmo tempo, 69,4% do total do orçamento dos rendimentos.**

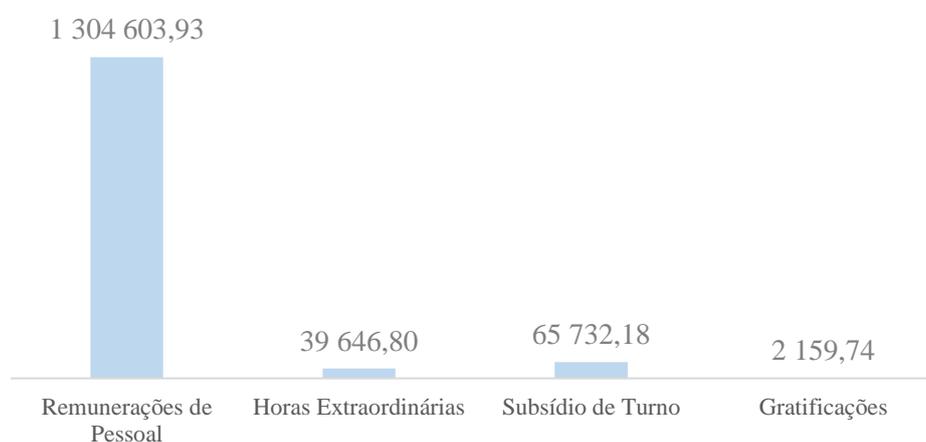
Integra as subcontas seguintes:

- 631 - Remuneração de Órgãos Sociais
- 632 - Remunerações do pessoal
- 634 - Indemnizações
- 635 - Encargos sobre remunerações
- 636 - Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss
- 638 - Outros gastos com o pessoal

No gráfico seguinte, apresentam-se os valores calculados para as contas da 63:



Por ser **claramente a de maior expressão da conta 63**, decompõe-se a subconta **632, 'Remunerações do pessoal'**, da seguinte forma:



b) 61 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

A **segunda maior conta do orçamento dos gastos - 61, Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas** - que diz respeito à aquisição de bens para a nossa atividade social e **representa 17,9% do total do orçamento dos gastos**, com um valor calculado em **456.974,26 euros**.

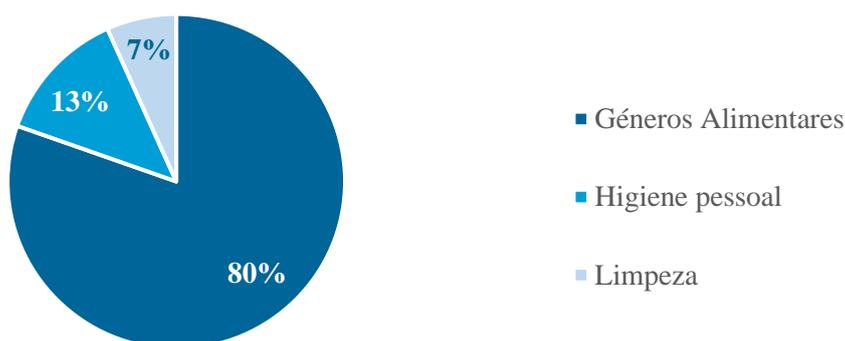
É constituída pela subconta 612, que se refere a **Matérias primas, subsidiárias e de consumo**. É nesta conta que são consideradas as matérias-primas para a nossa atividade principal, como sejam **Géneros Alimentares, Material Clínico, Material de Escritório e Hoteleiro, artigos para Lavandaria**, entre outros.

Inclui ainda **Materiais de consumo (614)**, nomeadamente **"Material desportivo"**, **Medicamentos e artigos de saúde"**, entre outros."



As três maiores contas da 6122 são as que se apresentam no gráfico abaixo, e representam **89,4% do total da conta**:

Maiores três contas da 6122 'Matérias Primas'

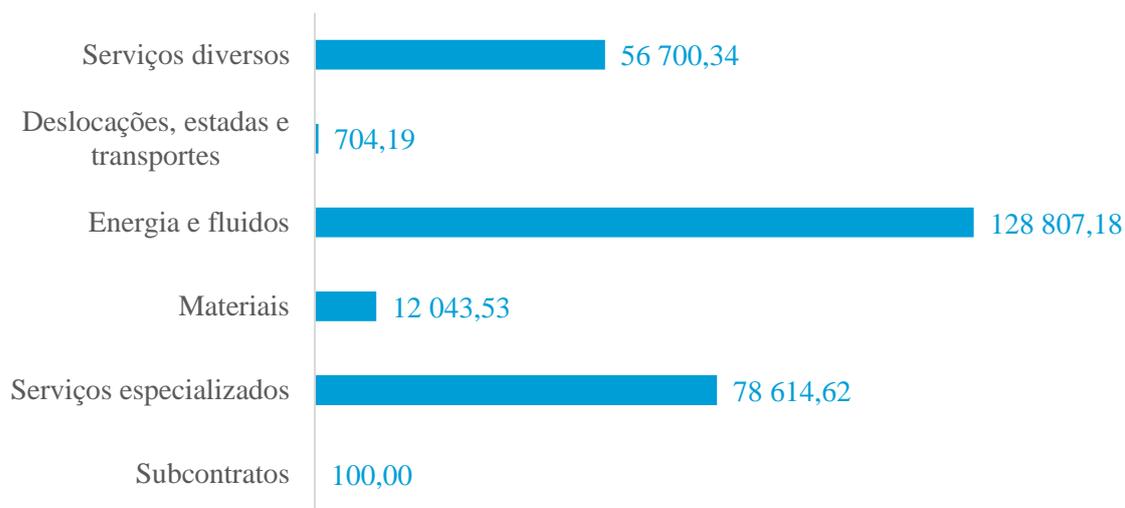


c) 62 - Fornecimentos e serviços externos:

A conta 62 integra **Subcontratos, Serviços Especializados**, nos quais se inclui a Conservação e Reparação, Energia e Fluídos (Eletricidade, Gás, etc.), entre outros.

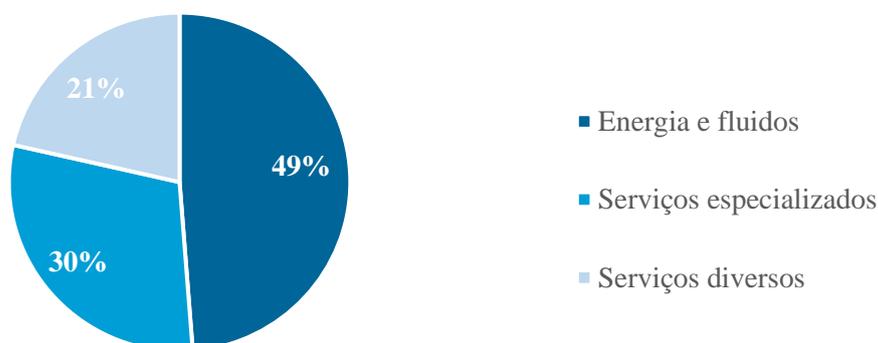
Esta conta representa **10,9% do total do orçamento dos gastos**, com um **valor calculado** para o exercício de 2025 de **276.969,86 euros**.

62 - Fornecimentos e serviços externos

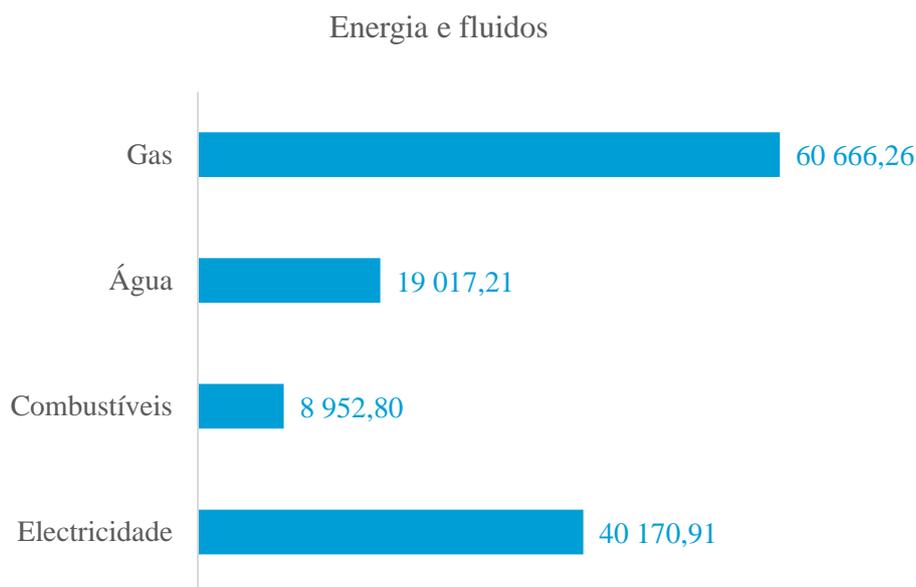


As **três maiores contas da 62** são, por ordem decrescente, '**Energia e fluidos**', '**Serviços especializados**' e '**Serviços diversos**' que, juntas, **representam 95,4% do total** da conta.

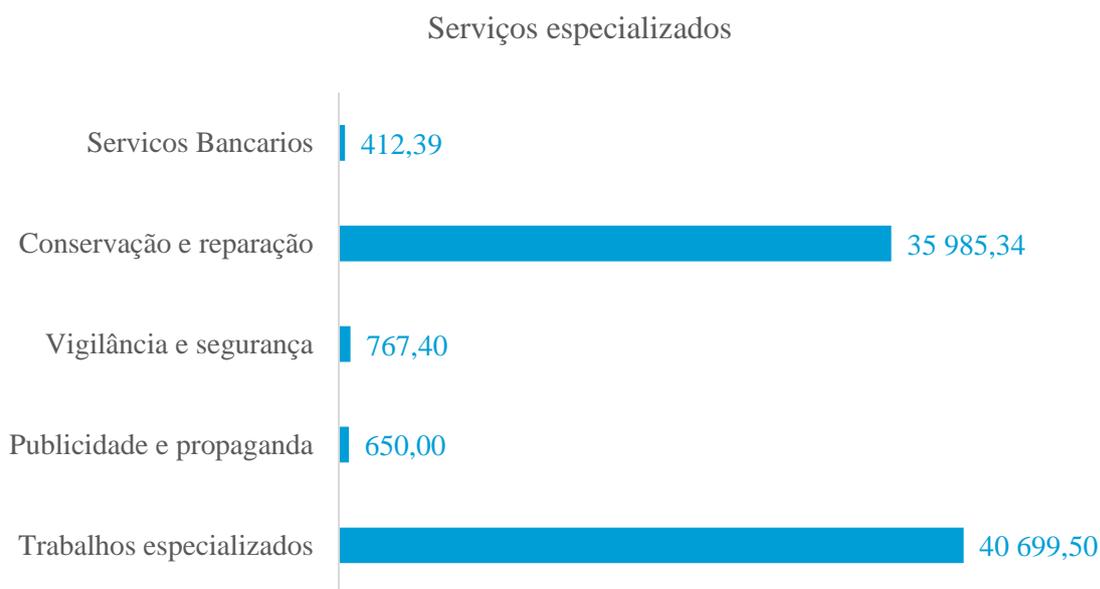
Maiores três contas da 62



A conta **624 'Energia e fluidos'** integra, por sua vez, as contas representadas no gráfico abaixo, assim como respetivos valores orçamentados, com um **total de 128.807,18 euros**.

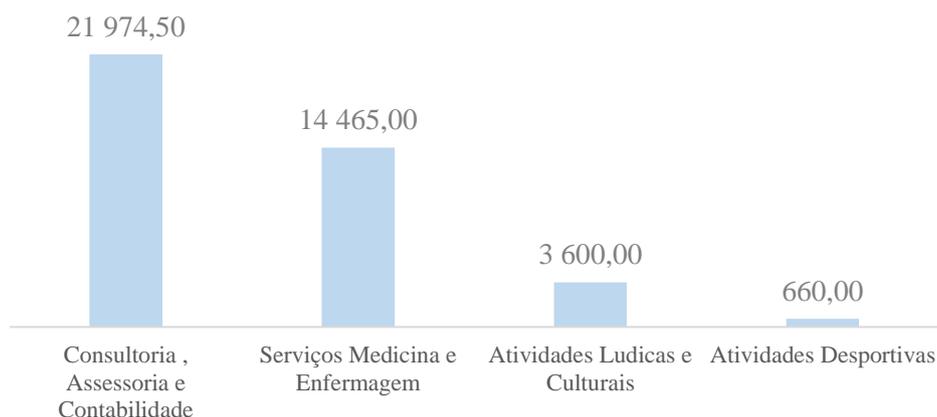


A conta **622 'Serviços especializados'**, que apresenta um **total de 78.614,62 euros**, integra em si mesmo as contas abaixo indicadas e os correspondentes valores orçamentados:



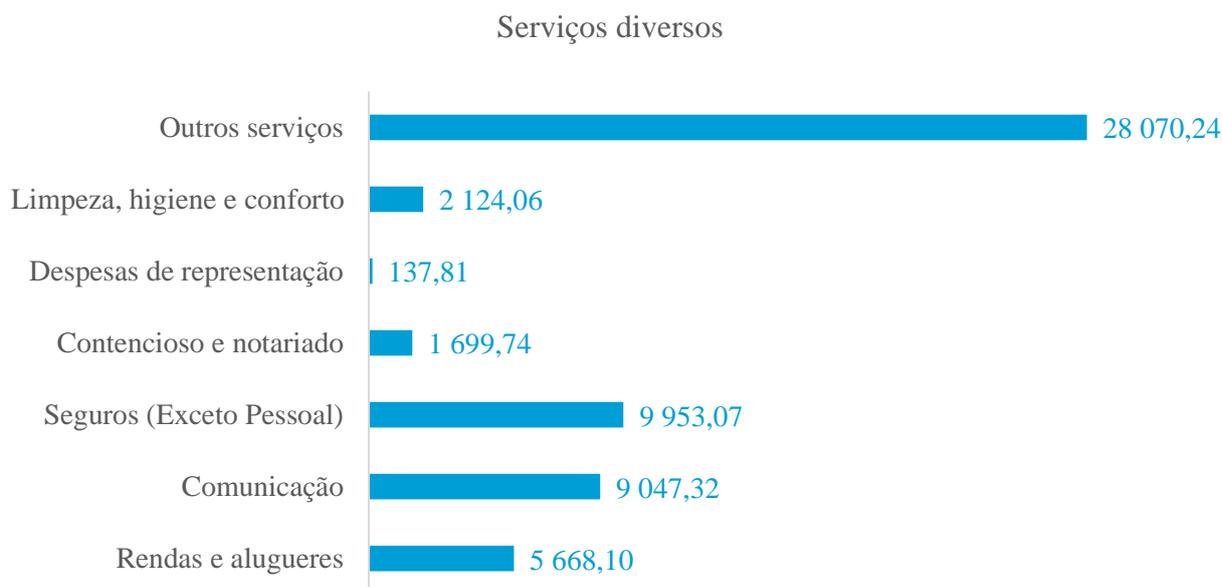
As **duas maiores contas de 'Serviços especializados'** são **'Trabalhos especializados'** e **'Conservação e reparação'** e representam, juntos, **97,5% do total da conta**.

A conta **'Trabalhos especializados'** engloba o seguinte:

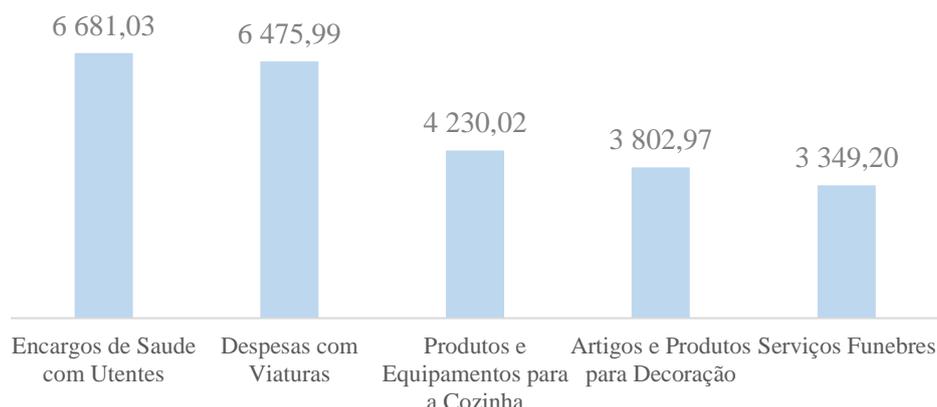


A conta **6221 'Conservação e reparação'** com um valor calculado de **35.985,34** pode ser observada com detalhe no orçamento dos gastos, assim como no Plano de Atividades.

A conta **626 'Serviços diversos'**, terceira maior da conta **62**, integra as subcontas abaixo indicadas e respetivos valores constantes no orçamento.



Pela expressão que assume na conta 626 a subconta **6268, 'Outros serviços'**, com um **valor total de 28.070,24 euros**, (que **representa 87,4% do total da conta 626**) apresentam-se as **cinco mais representativas e respetivos valores**. Para informações mais detalhadas, consultar o orçamento dos gastos.



2.1.2. Critérios de orçamentação dos gastos

Tal como na apresentação dos gastos, apresentam-se os critérios para as três contas mais representativas, que, recorda-se, têm um impacto de 99% no total.

As referências às taxas de atualização eventualmente mencionadas abaixo, são sempre relativas à execução orçamental a 31/07/2024, devidamente extrapoladas para os 12 meses do próximo exercício.

Conta 61 “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas”

De uma forma geral, cada rúbrica da 61 foi calculada considerando uma taxa de atualização de 2,5% (segundo as previsões da inflação para o exercício de 2025).

Conta 62 “Fornecimentos e serviços externos”

Os critérios que determinaram a orçamentação das contas mais relevantes da 62, são os seguintes:

6221 - Trabalhos especializados:

- i) **62211 “Consultoria, Assessoria e Contabilidade”** - foram observados os contratos em vigor, considerando atualizações nos termos dos exercícios anteriores;
- ii) **62212 “Serviços Medicina e Enfermagem”** - foram observadas as avenças em vigor, considerando a média de horas pagas nos dois exercícios anteriores;
- iii) **62213 “Atividades Lúdicas e Culturais”** e **62214 “Atividades Desportivas”** foram considerados os contratos em vigor à data do orçamento e não se perspetivam alterações para o próximo exercício;

6226 - Conservação e reparação:

Os valores inscritos no orçamento resultam da ponderação sobre as expectativas de operações de conservação e reparação, em especial no edificado, numa dimensão orçamental em linha com os últimos exercícios.

Admite-se que alguns dos gastos previstos nesta rúbrica possam ter uma execução diferente, tendo em consideração que várias das operações previstas podem ser alteradas, por reação às necessidades eventualmente identificadas no curso do exercício.

6241 – Eletricidade:

Foi prevista uma variação na ordem dos 2,0% durante o exercício, aplicada à tipologia de consumos (em KW) nos últimos dois exercícios.

6242 – Combustíveis:

Foi prevista uma variação na ordem dos 3,5% durante o exercício. Os combustíveis considerados são apenas para viaturas.

6244 – Gás:

Propano e Natural – prevista uma variação na ordem dos 4,0% no período económico do próximo exercício;

6268 – Outros Serviços:

Foi aplicada uma taxa de variação em alta de 2,5% a todas as subcontas de Outros Serviços;

Conta 63 “Gastos com o Pessoal”

A conta mais expressiva de todas as contas dos gastos, resultou das projeções do quadro de pessoal previsto para o exercício seguinte, nos termos seguintes:

- i) Aumento da RMMG em 6,1% (de 820,00 para 870,00 euros);
- ii) Consideração de tabelas salariais (A e B), com base nas mesmas progressões nas tabelas atualmente em vigor, horizontais e verticais, a partir da RMMG para o exercício em causa;
- iii) Face ao exposto nas alíneas anteriores, estima-se um aumento médio das remunerações na ordem dos 6,0%, bastante acima da inflação prevista;
- iv) Foram consideradas as devidas depreciações por ausências ao trabalho, que se estimaram em mais de 5600 dias durante o exercício de 2025;
- v) Para as remunerações dos órgãos sociais, considerou-se uma atualização do IAS na ordem dos 5,1%, estimativa obtida através da média das variações verificadas nos exercícios de 2002 para 2023 e deste, para 2024, considerando que não foi possível apurar com exatidão o valor do IAS para 2025, no momento da elaboração do orçamento;
- vi) Foram ainda consideradas as projeções dos subsídios de turno, horas extraordinárias e feriados;
- vii) Considerou-se ainda a contratação de dois recursos humanos necessários para a estrutura: 1 técnico de contabilidade e 1 animador sociocultural.

Além disso, prevêem-se as devidas atualizações de categorias profissionais ao longo do ano, adequando-as às efetivas funções exercidas por cada um dos colaboradores.

Por prudência orçamental, de forma a considerar “por cima” os gastos com pessoal, consideraram-se os Níveis e Índices (posições verticais e horizontais nas carreiras, respetivamente) a 31/12/2025.

2.2. Rendimentos

2.2.1. Resumo do orçamento dos Rendimentos

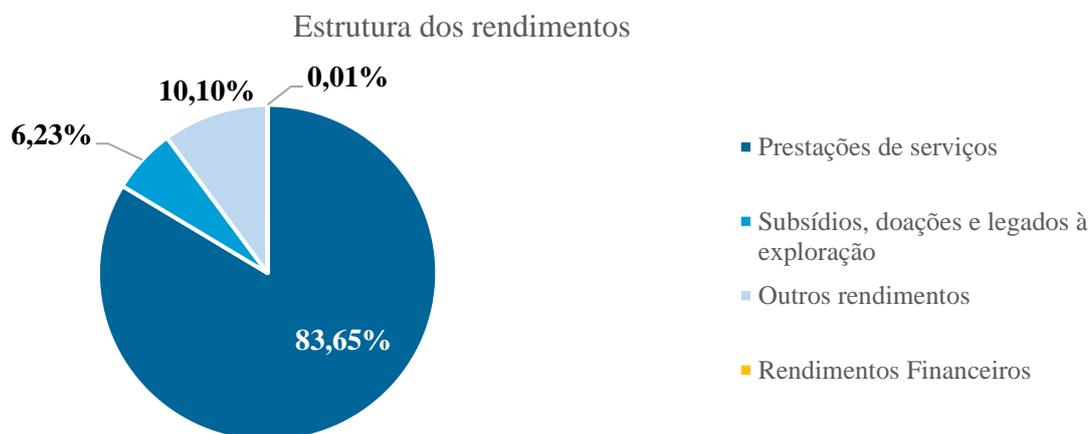
Conta	Descrição	Orçam.2025	Proj.Exec.2024	Varição
7	RENDIMENTOS	2 583 957,04	2 293 979,45	289 977,59
72	Prestações de serviços	2 161 514,65	2 059 211,95	102 302,70
75	Subsídios, doações e legados à exploração	161 099,96	195 049,23	-33 949,27
78	Outros rendimentos	261 042,43	38 917,15	222 125,28
79	Rendimentos Financeiros	300,00	801,12	-501,12

O mapa acima resume as contas do orçamento dos rendimentos, comparando-as com as projeções da execução orçamental de 31/07/2024 e evidencia um aumento previsional em 12,6% face a essa execução.

Verifica-se que **a maior parte dos rendimentos (83,7%)** decorrem de receitas próprias - **conta 72, Prestações de serviços** - resultantes das participações familiares (utentes) e dos descendentes e familiares.

Segundo o parecer do Secretariado Técnico da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), integram ainda a conta 72, desde que o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, o que se considera neste orçamento.

O gráfico seguinte sintetiza a expressão de cada uma das contas do total do orçamento dos rendimentos:



As **três principais contas do orçamento dos rendimentos** são, por ordem decrescente, as abaixo indicadas:

- a) 72 - Prestações de serviços;
 - b) 78 - Outros rendimentos;
 - c) 75 - Subsídios, doações e legados à exploração;
- a) 72 - Prestações de serviços:**

A conta 72 - 'Prestações de serviços', é a maior do orçamento dos rendimentos, representando 83,7% do total. Isso significa que, de um total de orçamento 2 583 957,04 euros, esta conta representa 2 161 514,65.

Esta conta diz respeito aos **rendimentos das participações de utentes**, descendentes e familiares, e inclui ainda os pagamentos da Segurança Social, nos casos de **Acordos de Cooperação Típicos**. Inclui ainda, entre outros, a quotização da Irmandade, que tem um peso muito marginal no orçamento.

A conta 72 é constituída pelas contas seguintes:

721 - Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes

727 - Devolução a Utentes

728 - Descontos e abatimentos

Se é verdade que a **conta 72, representa 83,7% do total do orçamento** previsto para o ano de 2025, não é menos verdade que só a **conta 7212 (Participações de Serviços Sociais), representa praticamente o mesmo valor.** Assim, iremos, abaixo, colocar o **foco na conta 7212.**

Em primeira instância, deve ter-se em linha de conta que **os rendimentos de utentes são divididos entre os que são abrangidos por Acordo de Cooperação e os que não são:**

72121	Participações de Utentes (Acordos Coop)	1 633 028,82
72123	Participação de Utentes (S/ Acordo Coop)	414 736,96

Participações de Utentes (Acordos Coop)

Decompondo a conta **72121 'Participações de Utentes (Acordos Coop)'**, - que integra na 7212, apresentam-se as expectativas dos rendimentos no exercício de 2025, **por resposta social**, no gráfico seguinte:



As **três repostas sociais mais representativas**, relativamente a participações de utentes com **Acordo de Cooperação**, são as abaixo indicadas, com um **valor total estimado em 1 376 196,63 euros**, que representa **84,3% do total da conta 72121**. As percentagens indicadas são relativas a essa conta.

As três respostas sociais mais expressivas para o orçamento
Comparticipação de utentes (Acordos Coop)

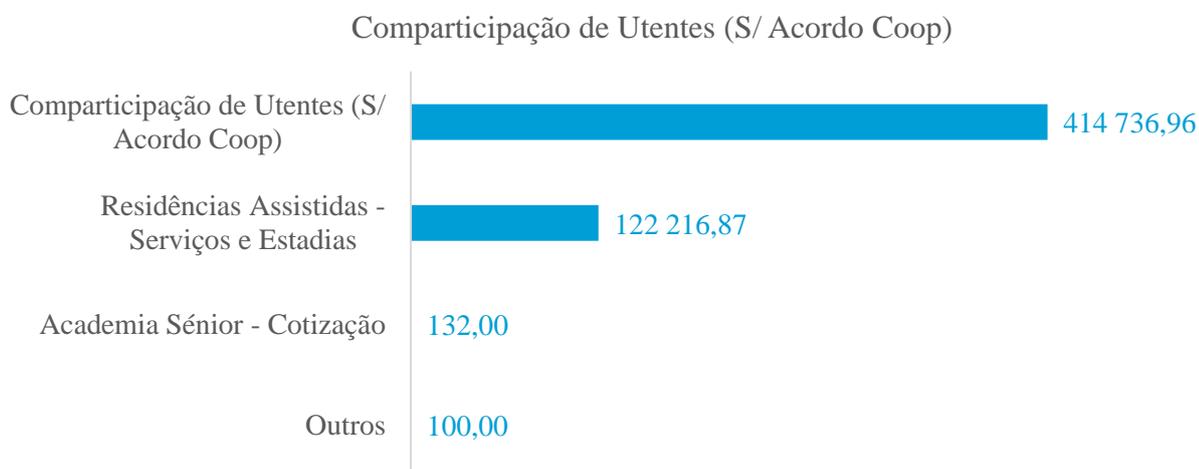


Comparticipação de Utentes (S/ Acordo Coop)

Porém, os rendimentos da instituição não se resumem a participações de utentes abrangidos por Acordo de Cooperação.

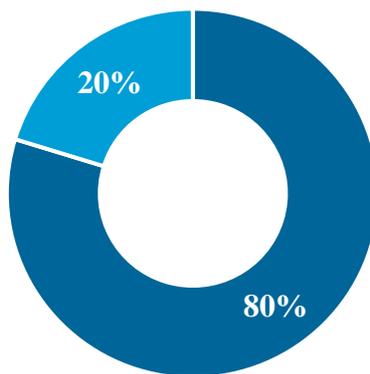
Desse modo, interessa decompor a conta 72123, relativa a rendimentos de participações de utentes não abrangidos por acordos de cooperação ou protocolos.

De uma forma geral, os rendimentos de utentes Sem Acordo de Cooperação resultam, na sua maioria, de 'Comparticipação de Utentes (S/ Acordo Coop)' e 'Residências Assistidas - Serviços e Estadias', como se pode observar no gráfico seguinte:



Entenda-se por 'Comparticipação de Utentes (S/ Acordo Coop)' as participações de utentes de estruturas residenciais para pessoas idosas (Lares), não abrangidos por Acordo de Cooperação, conforme a estrutura no orçamento dos rendimentos.

Do total dos rendimentos previstos em 'Lares'; o 'Lar Francisco Mendes Brito' representa 45 217,97 euros e o 'Centro de Férias' apresenta uma previsão de 369 518,99, cujas percentagens se indicam no gráfico abaixo:

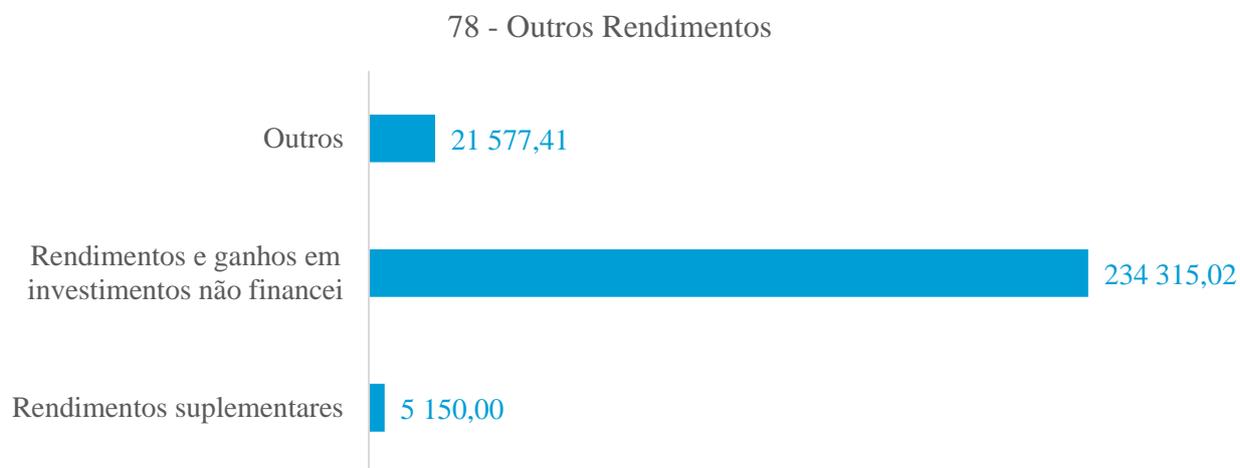


- Comparticipações de Utentes (Acordos Coop)
- Comparticipação de Utentes (S/ Acordo Coop)

b) 78 - Outros rendimentos:

A **segunda maior conta do orçamento dos rendimentos** para o exercício económico do ano 2025 é a **conta 78 (Outros rendimentos)**, e representa **261 042,43 euros, 10,1% do total do orçamento**.

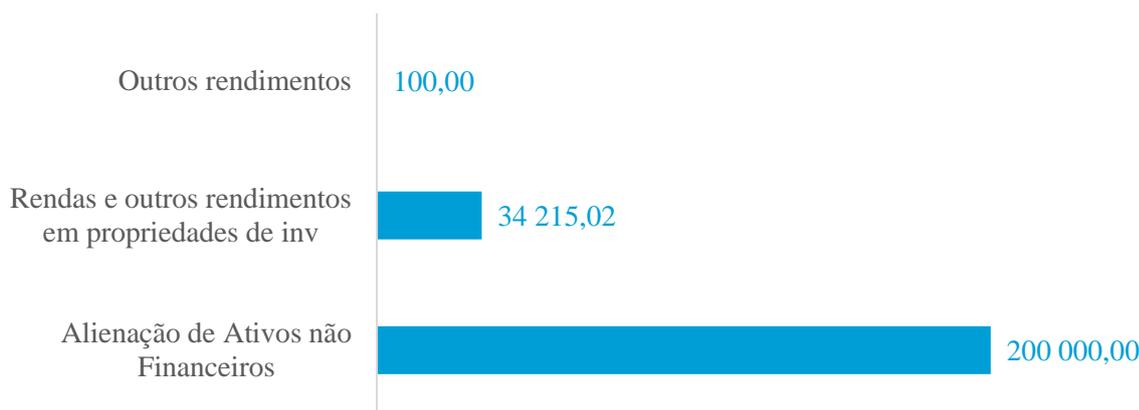
As contas que integram na 78 são as indicadas no gráfico abaixo, representando os respetivos pesos orçamentais:



A conta **787 - Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros**, representa **89,8% do total da conta 78**.

É constituída pelas seguintes contas, que a integram:

787 - Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros



A conta - **Alienação de Ativos não Financeiros** - refere-se à **alienação de ativos não financeiros**, neste caso a **imóveis**, alienação devidamente autorizada pela Assembleia Geral em exercícios anteriores. Os imóveis a alienar estão identificados no orçamento dos rendimentos.

A conta - **Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento** - engloba a alienação de direito de habitação vitalício de residências assistidas, arrendamento urbano e rústico, entre outros.

Sem os valores considerados no orçamento, relativos a 'Alienação de Ativos não Financeiros' e 'Alienação do Direito de Habitação - Resid. Assistidas' o 'Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos' passaria de 52 961,11 para -147 138,89 euros e o 'Resultado líquido do período' passaria de -80 437,89 para -280 537,89 euros.

2.2.2. Critério de orçamentação dos rendimentos

Tal como na apresentação dos rendimentos, apresentam-se os critérios para as três contas mais representativas, que perfazem praticamente 100% do orçamento dos rendimentos.

As referências às taxas de atualização eventualmente mencionadas abaixo, são sempre relativas à execução orçamental a 31/07/2024, devidamente extrapoladas para os 12 meses do próximo exercício.

Conta 72 “Prestações de serviços”

Conta 72121 “Comparticipações de Utentes (Acordos Coop)”

- i) **Aumento de pensões na ordem de 2,5%**, com exceção para utentes do Centro de Convívio;
- ii) As taxas de ocupação previstas no Plano de Atividades;
- iii) Para **‘outros rendimentos de utentes’** foi considerada uma taxa de variação de 2,5%, em todas as respostas sociais;
- iv) **Variação de 9,6%** nas **comparticipações financeiras** do Centro Distrital da Segurança Social de Santarém (CDSSS), para **ERPI com Acordo de Cooperação Típico**. Esta variação atendeu à média da variação dos dois últimos exercícios económicos;

- v) **Variação de 15,0%** nas **comparticipações financeiras do CDSSS**, para **Centro de Dia** (utentes com Acordo de Cooperação). A variação calculada atendeu à média da variação dos dois últimos exercícios económicos que resultou em 20%, mas assumimos apenas a variação considerada;
- vi) **Variação de 6,0%** nas **comparticipações financeiras do CDSSS**, para **SAD – Serviço de apoio domiciliário** (utentes com Acordo de Cooperação). A variação atendeu à média da variação dos dois últimos exercícios económicos;
- vii) **Variação de 6,0%** nas **comparticipações financeiras do CDSSS**, para **SAD – Serviço de Apoio Domiciliário** (utentes com Acordo de Cooperação). A variação atendeu à média da variação dos dois últimos exercícios económicos;
- viii) **Variação de 6,0%** nas **comparticipações financeiras do CDSSS**, para **Centro de Convívio** (utentes com Acordo de Cooperação). A variação atendeu à média da variação dos dois últimos exercícios económicos;
- ix) Para a resposta social de **Cantina Social** foram considerados os **valores à data da execução orçamental, com valores extrapolados a 12 meses**;

Conta 72123 “Comparticipações de Utentes (S/ Acordos Coop)”

(As contas que integram nesta, são as referentes a utentes sem acordo de cooperação de ERPIs)

- i) As taxas de ocupação previstas no Plano de Atividades
- ii) Para **‘outros rendimentos de utentes’** foi considerada uma taxa de variação de 2,5%, em todas as respostas sociais;
- iii) **Variação de 3,0%** das mensalidades de utentes de ERPI sem Acordo de Cooperação;

Conta 72124 “Residências Assistidas - Serviços e Estadias

- i) Na conta **72124017 ‘Estadias’**, considera-se uma **ocupação** para essa tipologia de **2 duplos e 3 singles**, com uma **variação** estimada em **3,0%**;
- ii) Da conta 72124001 à 72124016, com exceção das 72124012 e 72124014, foi considerada uma **variação de 3,5%**. Nas duas exceções mencionadas, prevê-se apenas cada uma das contas abertas, com 100,00 euros;
- iii) Na conta **72124018 ‘Serviços e Manutenção’**, foi considerada uma **taxa de variação alinhada com os aumentos salariais previstos**;
- iv) **Variação de 3,0%** das mensalidades de utentes de ERPI sem Acordo de Cooperação;

Conta 75 “Subsídios, doações e legados à exploração”

Conta 7511 ‘ISS, IP - Centro Distrital’

(Refere-se, apenas, às participações financeiras no CDSSS para Acordos Atípicos, relativas à resposta de CATEI, Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos)

- i) Foi considerada uma **variação de 3,0%** nas participações do Estado;

Conta 78 “Outros rendimentos”

(Os critérios seguintes são relativos às subcontas da 78 mais expressivas)

Conta 7872 ‘Alienação de Ativos não Financeiros

Está considerada a alienação de 10 dos 11 apartamentos dos prédios comumente apelidados de ‘Blocos Habitacionais’, nos termos da competente autorização da Assembleia Geral.

Na realidade, esta alienação esteve prevista no orçamento anterior, mas porque as propostas informais que nos chegaram não corresponderam às nossas expectativas.

Os valores considerados no orçamento, resultam da depreciação dos valores patrimoniais, pelo facto de os apartamentos terem inquilinos, acrescendo as rendas baixas, o que tem vindo a condicionar as propostas de investidores.

Na operação de alienação, será garantido o direito de preferências aos inquilinos.

c) 75 - Subsídios, doações e legados à exploração:

A **terceira maior conta do orçamento dos rendimentos** para o exercício económico do ano 2025 é a **conta 75 (Subsídios, doações e legados à exploração)**, e representa **161 099,96 euros, 6,2% do total do orçamento**.

Esta conta refere-se a **subsídios de entidades públicas (nas quais se inclui a Segurança Social)**, integrando ainda a conta de **doações e heranças**, entre outras. São aqui consideradas as transferências do Estado para os casos de Acordos de Cooperação atípicos.

Segundo o parecer do Secretariado Técnico da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social não estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e não for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, deve integrar a conta 75, o que sucede neste orçamento.

A conta **7511 - ISS, IP - Centro Distrital** - representa **81,5% do total da conta 75**, porém, com um peso no total do orçamento dos rendimentos de apenas **5,1% (131 375,91 euros)**.

4. ORÇAMENTO DOS GASTOS

Conta	Descrição	Valor Inscrito	Dot. Mensal
6 I	GASTOS	2 550 394,93	212 532,91
61 I	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	456 974,26	38 081,19
612 I	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	456 974,26	38 081,19
6122 I	Matérias Primas	456 974,26	38 081,19
61221 L	Géneros Alimentares	328 286,91	27 357,24
61222 L	Material Clínico	5 906,09	492,17
61223 L	Limpeza	27 370,82	2 280,90
61224 L	Material Escritório	2 195,01	182,92
61225 L	Higiene pessoal	52 697,08	4 391,42
61226 L	Material Hoteleiro	24 463,33	2 038,61
61227 L	Lavandaria	16 055,01	1 337,92
62 I	Fornecimentos e serviços externos	276 969,86	23 080,82
621 I	Subcontratos	100,00	8,33
6211 L	Subcontratos Fornecimetto e Alimentação	100,00	8,33
622 I	Serviços especializados	78 614,62	6 551,22
6221 I	Trabalhos especializados	40 699,50	3 391,63
62211 I	Consultoria , Assessoria e Contabilidade	21 974,50	1 831,21
622111 L	ROC-Revisor Oficial Contas	4 600,00	383,33
622112 L	Serviços Contabilidade	5 278,00	439,83
622113 L	Assessoria Juridica	6 800,00	566,67
622115 L	Consultorias Diversas	5 296,50	441,38
62212 I	Serviços Medicina e Enfermagem	14 465,00	1 205,42
622121 L	Medicos	100,00	8,33
622122 L	Enfermagem	14 365,00	1 197,08
62213 I	Atividades Ludicas e Culturais	3 600,00	300,00
622131 L	Professora Musica	750,00	62,50
622133 L	Professor Coro ASEG	2 100,00	175,00
622134 L	Prof. Informática	750,00	62,50
62214 I	Atividades Desportivas	660,00	55,00
622141 L	Professor Atividades Desportivas	660,00	55,00
6222 I	Publicidade e propaganda	650,00	54,17
62221 L	Boletim Informativo	100,00	8,33
62222 L	Brochuras Promocionais	100,00	8,33
62223 L	Diversos	450,00	37,50
6223 L	Vigilância e segurança	767,40	63,95
6226 I	Conservação e reparação	35 985,34	2 998,78
622601 L	Clube Vida	70,29	5,86
622603 L	CATEI/Lar Dr. Francisco Mendes Brito	2 792,71	232,73
622605 L	Lar Rodrigo Cunha Franco	23 581,77	1 965,15
622606 L	Centro de Dia	1 498,30	124,86

622607	L	Centro de Fisioterapia e Reabilitação Física	100,00	8,33
622609	L	Cozinha	1 468,25	122,35
622610	L	Lavandaria	2 828,42	235,70
622611	L	Património Imobiliário Habitacional	100,00	8,33
622612	L	Capela de São Caetano	100,00	8,33
622613	L	Capela N ^a Senhora dos Anjos	100,00	8,33
622614	L	Capela Mortuária	100,00	8,33
622616	L	Campus Misericórdia XXI	1 073,83	89,49
622617	L	Centro de Férias para Seniores	1 682,37	140,20
622618	L	Aldeamento N.S. das Misericórdias	489,41	40,78
6227	L	Servicos Bancarios	412,39	34,37
6228	L	Outros	100,00	8,33
623	I	Materiais	12 043,53	1 003,63
6231	L	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 252,00	437,67
6232	L	Livros e documentação técnica	100,00	8,33
6233	L	Material de escritório	4 752,00	396,00
6234	L	Artigos para oferta	1 739,53	144,96
6238	L	Outros	100,00	8,33
6239	L	Equipamentos para serviços de saúde	100,00	8,33
624	I	Energia e fluidos	128 807,18	10 733,93
6241	L	Electricidade	40 170,91	3 347,58
6242	I	Combustíveis	8 952,80	746,07
62421	L	Viaturas	8 952,80	746,07
6243	L	Água	19 017,21	1 584,77
6244	I	Gas	60 666,26	5 055,52
62441	L	Gás Reservatório	52 272,00	4 356,00
62442	L	Gás Garrafa	2 454,99	204,58
62443	L	Gás Natural	5 939,27	494,94
625	I	Deslocações, estadas e transportes	704,19	58,68
6251	I	Deslocações e estadas	704,19	58,68
62511	L	Pessoal	226,83	18,90
62512	L	Utentes	477,36	39,78
626	I	Serviços diversos	56 700,34	4 725,03
6261	L	Rendas e alugueres	5 668,10	472,34
6262	L	Comunicação	9 047,32	753,94
6263	L	Seguros (Exceto Pessoal)	9 953,07	829,42
6265	L	Contencioso e notariado	1 699,74	141,65
6266	L	Despesas de representação	137,81	11,48
6267	L	Limpeza, higiene e conforto	2 124,06	177,01
6268	I	Outros serviços	28 070,24	2 339,19
626801	L	Atividades Lúdico-Culturais e Religiosas	100,00	8,33
626803	L	Vestuário e Calçado de Utentes	250,00	20,83

626804	L	Encargos de Saude com Utentes	6 681,03	556,75
626805	L	Rouparia	1 482,84	123,57
626806	L	Produtos e Equipamentos para a Cozinha	4 230,02	352,50
626807	L	Artigos e Produtos para Decoração	3 802,97	316,91
626808	L	Serviços Funebres	3 349,20	279,10
626809	L	Despesas com Viaturas	6 475,99	539,67
626810	L	Congressos, conferências e eventos conexos	100,00	8,33
626898	L	Outros Fornecimentos e Servicos	1 404,92	117,08
626899	L	Documentos sem valor Contabilistico	193,29	16,11
63	I	Gastos com o Pessoal	1 792 073,35	149 339,45
631	I	Remuneração de Órgãos Sociais	29 982,66	2 498,56
63101	L	Remuneração de titulares de Órgãos Sociais	29 982,66	2 498,56
632	I	Remunerações do pessoal	1 412 142,65	117 678,55
63201	L	Remunerações de Pessoal	1 304 603,93	108 716,99
63203	L	Horas Extraordinárias	39 646,80	3 303,90
63204	L	Subsídio de Turno	65 732,18	5 477,68
63205	L	Gratificações	2 159,74	179,98
634	L	Indemnizações	100,00	8,33
635	I	Encargos sobre remunerações	320 276,09	26 689,67
6351	I	Seguranca Social	320 276,09	26 689,67
635101	L	Sobre Remunerações Órgãos Sociais	6 686,13	557,18
635102	L	Sobre Remunerações de Pessoal	313 539,95	26 128,33
635103	L	FCGT	50,00	4,17
636	L	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	22 512,34	1 876,03
638	I	Outros gastos com o pessoal	7 059,61	588,30
6381	L	Formacao Profissional	411,43	34,29
6384	L	Apoio Medico Medicamentoso	100,00	8,33
6385	L	Vestuário e Calçado	1 177,10	98,09
6388	L	Outros	100,00	8,33
6389	L	Higiene e Segurança no Trabalho	5 271,09	439,26
65	I	Perdas por imparidade	600,00	50,00
651	I	Em dívidas a receber	600,00	50,00
6511	L	Clientes	600,00	50,00
68	I	Outros gastos	4 078,46	339,87
681	I	Impostos	190,42	15,87
6813	L	Taxas	190,42	15,87
688	I	Outros	3 888,04	324,00
68811	L	Correções Relativas a Períodos Anteriores	2 100,00	175,00
6882	L	Donativos	500,00	41,67
6883	L	Quotizações	970,71	80,89
6888	I	Outros não especificados	317,33	26,44
68882	L	Encargos Não Devidamente Documentados	149,33	12,44

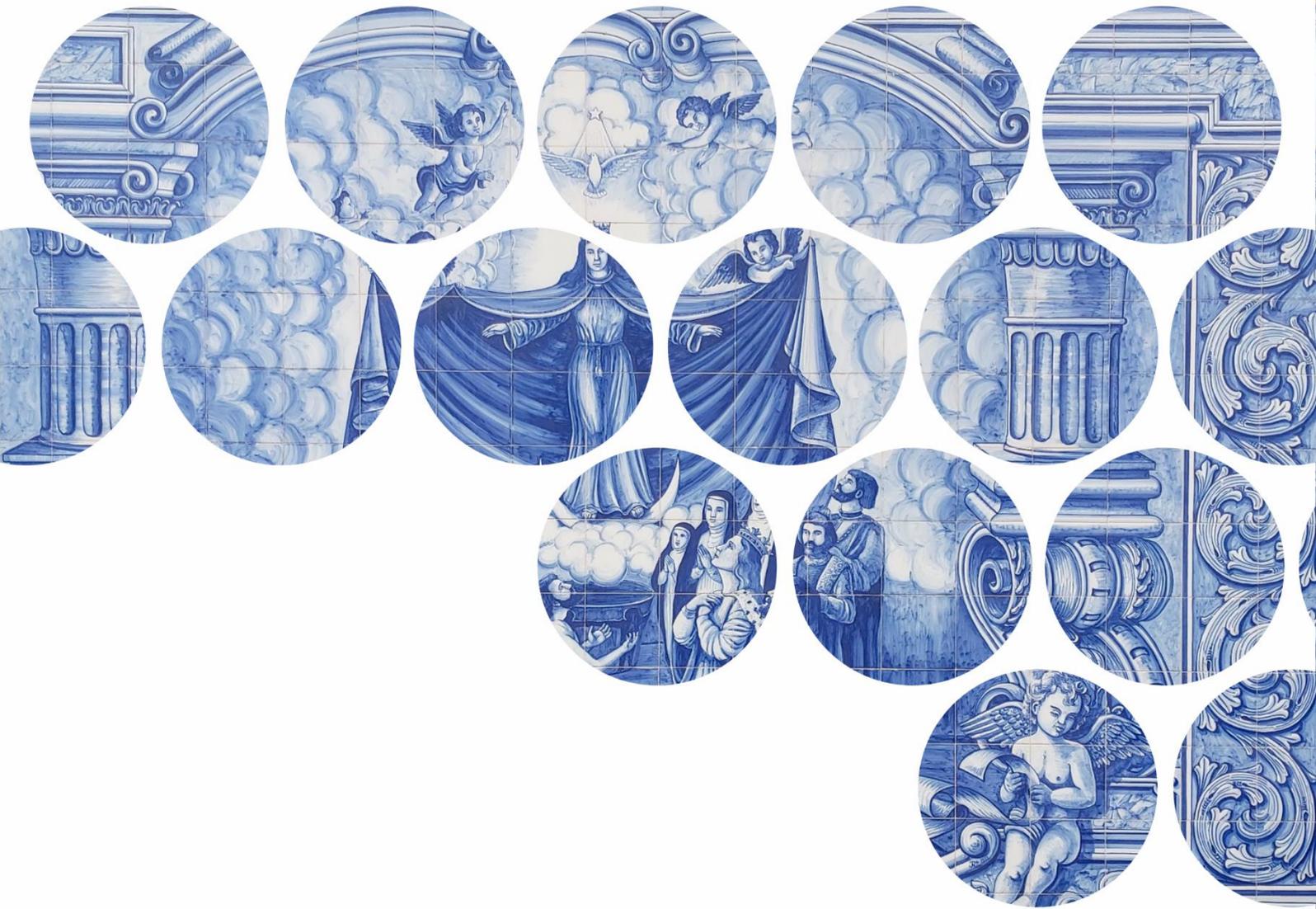
68887	L	Multas e Penalidades	168,00	14,00
69	I	Gastos de financiamento	19 699,00	1 641,58
691	I	Juros suportados	19 499,00	1 624,92
6911	I	Juros de financiamentos obtidos	16 070,00	1 339,17
69111	L	Conta Corrente Caucionada	5 255,00	437,92
69112	L	Financiamentos ao Investimento	10 815,00	901,25
6918	L	Outros juros	3 429,00	285,75
698	I	Outros gastos de financiamento	200,00	16,67
6981	L	Relativos a financiamentos obtidos	100,00	8,33
6988	L	Outros	100,00	8,33

5. ORÇAMENTO DOS RENDIMENTOS

Conta		Descrição	Valor Inscrito	Dot. Mensal
7	I	RENDIMENTOS	2 583 957,04	215 329,75
72	I	Prestações de serviços	2 161 514,65	180 126,22
721	I	Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	2 171 414,65	180 951,22
7211	L	Quotização Irmandade	1 200,00	100,00
7212	I	Comparticipações de Serviços Sociais	2 170 214,65	180 851,22
72121	I	Comparticipações de Utentes (Acordos Coop)	1 633 028,82	136 085,74
721211	I	Lares	1 110 102,61	92 508,55
7212111	I	Lar Rodrigo da Cunha Franco	936 108,25	78 009,02
72121111	L	Mensalidades	514 222,90	42 851,91
72121112	L	Outros Rendimentos Utentes	22 679,51	1 889,96
72121113	L	ISS, IP - Centro Distrital LRCF	399 205,83	33 267,15
7212112	I	Lar Francisco Mendes de Brito	70 846,28	5 903,86
72121121	L	Mensalidades	15 284,16	1 273,68
72121122	L	Outros Rendimentos Utentes	1 821,85	151,82
72121123	L	ISS, IP - Centro Distrital LFMB	53 740,27	4 478,36
7212113	I	CATEI	103 148,08	8 595,67
72121131	L	Mensalidades	98 723,58	8 226,96
72121132	L	Outros Rendimentos Utentes	4 424,50	368,71
721212	I	Centro de Dia	169 363,90	14 113,66
7212121	L	Mensalidades	100 860,42	8 405,04
7212122	L	Outros Rendimentos Utentes	3 952,39	329,37
7212123	L	ISS, IP - Centro Distrital LFMB	64 551,09	5 379,26
721213	I	SAD - Serv. Apoio Domiciliário	270 724,48	22 560,37
7212131	L	Mensalidades	98 767,12	8 230,59
7212132	L	Outros Rendimentos Utentes	1 017,91	84,83
7212133	L	ISS, IP - Centro Distrital SAD	170 939,45	14 244,95
721215	I	Centro de Convívio	73 568,90	6 130,74
7212151	L	Mensalidades	7 077,77	589,81
7212152	L	Outros Rendimentos de Utentes	358,11	29,84
7212153	L	ISS, IP - Centro Distrital C. Convívio	66 133,02	5 511,08
721216	I	Refeitórios - Cantina Social	9 268,93	772,41
7212161	L	Refeitórios - Cantina Social	2 068,93	172,41
7212162	L	ISS, IP - Centro Distrital Cantina Social	7 200,00	600,00
72123	I	Comparticipação de Utentes (S/ Acordo Coop)	414 736,96	34 561,41
721231	I	Lares	414 736,96	34 561,41
7212312	I	Lar Francisco Mendes Brito	45 217,97	3 768,16
72123121	L	Mensalidades	36 391,05	3 032,59
72123122	L	Outros Rendimentos Utentes LFMB	8 826,92	735,58
7212314	I	Centro de Férias	369 518,99	30 793,25
72123141	L	Mensalidades	362 649,07	30 220,76

72123142	L	Outros Rendimentos Utentes CFérias	6 869,92	572,49
72124	I	Residências Assistidas - Serviços e Estadias	122 216,87	10 184,74
72124001	L	Alimentação	50 623,46	4 218,62
72124002	L	Tratamento de Roupa	6 067,63	505,64
72124003	L	Higienização da Habitação	7 318,45	609,87
72124004	L	Higiene Pessoal e Conforto	2 404,71	200,39
72124005	L	Água	734,59	61,22
72124006	L	Luz	6 030,87	502,57
72124007	L	Transportes	450,99	37,58
72124008	L	Material de Incontinência	1 039,31	86,61
72124009	L	Fisioterapia e Reabilitação Física	833,91	69,49
72124010	L	Cabeleireiro e Estética	658,26	54,86
72124011	L	Outros rendimentos de utentes	2 163,12	180,26
72124012	L	Serviços de Medicina	100,00	8,33
72124013	L	Serviços de Enfermagem	566,78	47,23
72124014	L	Serviços de Nutrição	100,00	8,33
72124015	L	Apoio Administrativo	17,21	1,43
72124016	L	Teleassistência	904,89	75,41
72124017	L	Estadias	41 962,20	3 496,85
72124018	L	Serviços e Manutenção	240,50	20,04
72125	L	Academia Sénior - Cotização	132,00	11,00
72128	L	Outros	100,00	8,33
727	L	Devolução a Utentes	-10 000,00	-833,33
728	L	Descontos e abatimentos	100,00	8,33
75	I	Subsídios, doações e legados à exploração	161 099,96	13 425,00
751	I	Subsídios das Entidades Públicas	136 675,91	11 389,66
7511	I	ISS, IP - Centro Distrital	131 375,91	10 947,99
75111	I	Lares	131 275,91	10 939,66
751113	L	CATEI	131 275,91	10 939,66
75116	L	Subsídios eventuais	100,00	8,33
7513	I	IEFP	1 200,00	100,00
75132	L	Programa de Estágios Profissionais	1 200,00	100,00
7515	L	Autarquias	100,00	8,33
7519	L	Adaptar Social +	4 000,00	333,33
753	I	Doações e heranças	24 424,05	2 035,34
7531	L	Donativos Financeiros	15 000,00	1 250,00
7532	L	Donativos em Espécie	9 424,05	785,34
78	I	Outros rendimentos	261 042,43	21 753,54
781	I	Rendimentos suplementares	5 150,00	429,17
7816	I	Outros rendimentos suplementares	5 150,00	429,17
781601	L	Capelas e locais de culto	3 800,00	316,67
78166	L	Subsídio de Funeral	1 250,00	104,17

78169	L	Outros	100,00	8,33
787	I	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiri	234 315,02	19 526,25
7872	I	Alienação de Ativos não Financeiros	200 000,00	16 666,67
787214	L	Ap. - Rua Dr. R. C. Franco 17 - RC Dt- Art.U-3768-A	20 000,00	1 666,67
787216	L	Ap. - Rua Dr. R. C. Franco 17 - 2ºDt Ft- Art.U-3768-J	20 000,00	1 666,67
787217	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - Rc Dt- Art.U-3769-A	20 000,00	1 666,67
787218	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - Rc e t- Art.U-3769-C	20 000,00	1 666,67
787219	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - Rc E F- Art.U-3769-D	20 000,00	1 666,67
787220	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - 1ºDT T- Art.U-3769-E	20 000,00	1 666,67
787221	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - 2ºE T- Art.U-3769-L	20 000,00	1 666,67
787222	L	Ap. - Rua Carlos M Gonçalves 22 - 2ºE F- Art.U-3769-M	20 000,00	1 666,67
787223	L	Ap. - Rua Dr. R. C. Franco 19-21 - 1ºESQ- Art.U-3770-C	20 000,00	1 666,67
787224	L	Ap. - Rua Dr. R. C. Franco 19-21 - 1ºDT- Art.U-3770-F	20 000,00	1 666,67
7873	I	Rendas e outros rendimentos em propriedades de inv	34 215,02	2 851,25
78732	I	Edifícios e Outras Contrucoes	34 215,02	2 851,25
787321	I	Arrendamento	34 115,02	2 842,92
7873211	L	Urbano	19 115,02	1 592,92
7873212	L	Rústico	15 000,00	1 250,00
787322	I	Alienação do Direito de Habitação - Resid. Assistidas	100,00	8,33
78732201	L	Alienação do direito de habitação vitalício	100,00	8,33
7878	L	Outros rendimentos	100,00	8,33
788	I	Outros	21 577,41	1 798,12
7881	L	Correcções relativas a períodos anteriores	100,00	8,33
7883	I	Imputação de subsídios para investimentos	200,00	16,67
78832	L	PRR - Mobilidade Verde Social	100,00	8,33
78833	L	Em Subsídios para Investimento	100,00	8,33
7885	I	Restituição de impostos	10 857,42	904,79
78851	I	IVA	9 857,42	821,45
788511	L	Bens Alimentares	9 757,42	813,12
788512	L	Imóveis - Const. civil	100,00	8,33
78852	L	Reembolso de IRS	1 000,00	83,33
7888	I	Outros não especificados	10 419,99	868,33
78888	L	Outros não especificados	10 419,99	868,33
79	I	Rendimentos Financeiros	300,00	25,00
7911	L	Juros Recebidos	100,00	8,33
7915	L	Juros de Mora	100,00	8,33
7988	L	Outros não Especificados	100,00	8,33

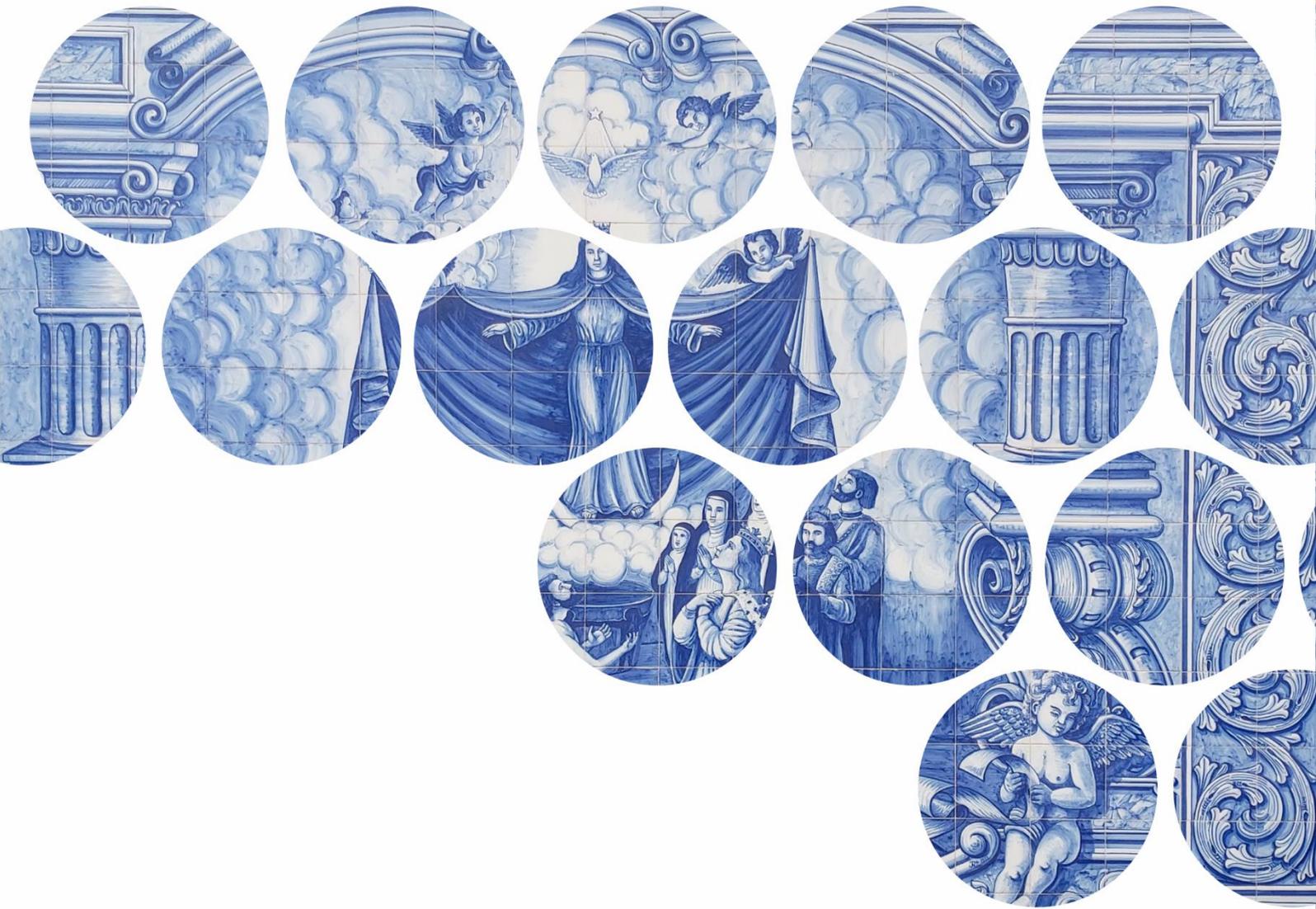


EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

6. EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

(Demonstração de resultados por natureza, previsional)

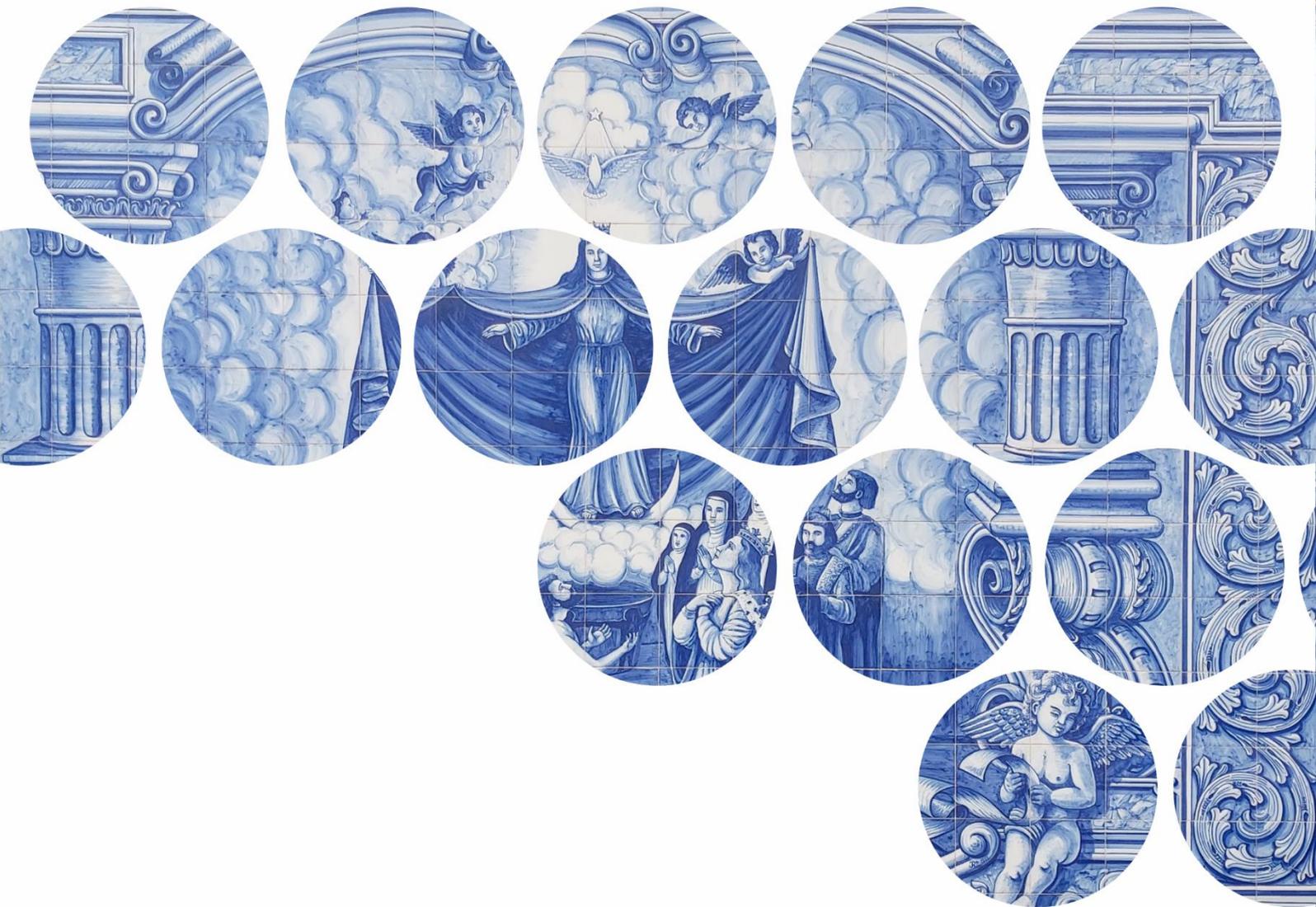
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025
Vendas e serviços prestados		2 161 514,65
Subsídios, doações e legados à exploração		161 099,96
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(456 974,26)
Fornecimentos e serviços externos		(276 969,86)
Gastos com o pessoal		(1 792 073,35)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(600,00)
Provisões (aumentos/reduções)		
Provisões específicas (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos		261 042,43
Outros gastos e perdas		(4 078,46)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		52 961,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(114 000,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(61 038,89)
Juros e rendimentos similares obtidos		300,00
Juros e gastos similares suportados		(19 699,00)
Resultados antes de impostos		(80 437,89)
Imposto sobre o rendimento do período		-
Resultado líquido do período		(80 437,89)



PLANO DE INVESTIMENTOS

7. PLANO DE INVESTIMENTOS

Contas	Descrição	Notas	Valor
43	Activos fixos tangíveis		34 000,00
432	Bens do património histórico e artístico e cultural		4 000,00
4321	Bens imóveis		4 000,00
<i>4321144</i>	<i>Substituição do piso do Centro de Fisioterapia e Reab Física 2023</i>		<i>4 000,00</i>
433	Outros activos fixos tangíveis		30 000,00
4334	Equipamento de transporte		30 000,00
43341	Veiculos Ligeiros		30 000,00
<i>43341005</i>	<i>Viatura Elétrica - SAD - Cand. Mobilidade Verde PRR 2023</i>		<i>30 000,00</i>



PARECER DO CONSELHO FISCAL

8. PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das suas competências, designadamente nas referidas na alínea c) do N.º 1 do Artigo 21.º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Golegã, vem o Conselho Fiscal submeter à Assembleia Geral de 29/11/2024 o seu **parecer relativo ao Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o exercício do ano 2025**, propostos pela Mesa Administrativa.

Com base na execução orçamental a 31/07/2024, o Conselho Fiscal procedeu à análise do orçamento e da Demonstração de Resultados Previsional, do Mapa de Investimentos e ainda do Plano de Atividades.

O orçamento prevê um total de **gastos de 2.550.394,93** (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, trezentos e noventa e quatro euros e noventa e três cêntimos) e um total de **rendimentos de 2.583.957,04** (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e sete euros e quatro cêntimos).

A **Exploração Previsional** apresenta um **resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos de 52.961,11** (cinquenta e dois mil, novecentos e sessenta e um euros e vinte e onze cêntimos) e um **resultado líquido negativo -80.437,89** (oitenta mil, quatrocentos e trinta e sete euros e oitenta e nove cêntimos), após a consideração das depreciações, gastos de financiamento e impostos e juros e gastos similares suportados.

O **Plano de Investimentos** apresenta um **valor de 34.000,00** (trinta e quatro mil euros).

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento dos critérios de orçamentação adotados, inscritos no documento a aprovação.

É da responsabilidade da Mesa Administrativa a apresentação do Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a real previsão financeira e contabilística da Misericórdia da Golegã para o exercício seguinte.

Da análise efetuada, são as seguintes as principais conclusões:

- Apesar do “Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos” apontar para um valor em 52.961,11 euros, nota-se que a conta 7872 – “Alienação de ativos não financeiros” tem uma dotação de 200.000,00, superior, portanto, ao saldo operacional. Isto significa que os rendimentos correntes não cobrirão os gastos correntes, sendo necessário recorrer a rendimentos de investimento;




**PESSOAS
PESSOAS**

- Face ao exposto, o Conselho Fiscal sugere uma regular monitorização da execução orçamental, ao longo do exercício de 2025, de forma a permitir atingir resultado equilibrado, salvaguardando a liquidez;
- Os critérios de orçamentação para as principais contas dos gastos (61, 62 e 63) encontram-se nas páginas 36 e 37, o mesmo se aplicado às contas dos rendimentos (72, 75 e 78), nas páginas 42, 43 e 44;
- Da análise integrada dos documentos “Plano de Atividades”, “Orçamento”, “Exploração Previsional” e “Plano de Investimentos”, conclui-se que a diferença entre rendimentos e gastos permite que a Instituição cumpra com os compromissos do exercício económico de 2025;
- No entanto, conforme a Proposta apresentada (página 5), há referência a uma necessidade de amortização de capital de passivo financeiro na ordem dos 81.500,00 euros, que poderá afetar a liquidez no exercício em apreço.

Depois de recolher da Mesa Administrativa documentos e informações relevantes, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, emitir **parecer favorável** à aprovação do **Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o exercício do ano 2025**.

Ainda assim, o Conselho fiscal recomenda o reforço da política interna de controlo orçamental, considerando a fragilidade da exploração corrente (condicionada à necessidade da obtenção de rendimentos de investimento), tendo como objetivo a garantia da sustentabilidade financeira, apesar de reconhecermos o contexto adverso em que opera o setor social e solidário em Portugal.

À consideração da Assembleia Geral.

Golegã, aos 21 de novembro de 2024

O Conselho Fiscal,



José Frederico da Silva Iria
Presidente



Maria de Fátima A G Contente
Vice-Presidente



Bruno Manuel Pereira Antunes
Secretário



**PE^{DE}SOAS
PE^{PARA}SUAS**

